



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**



ELUZIA LISBOA DA CRUZ

**REGIÃO DA JABOTIANA, ANOS 2000:
HISTÓRIA E DISCURSO NO PROCESSO DE NOMEAÇÃO**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2016**

ELUZIA LISBOA DA CRUZ

REGIÃO DA JABOTIANA, ANOS 2000:
HISTÓRIA E DISCURSO NO PROCESSO DE NOMEAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras – PPGL da Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Aloísio de Campos, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. *Wilton James Bernardo-Santos*

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Cruz, Eluzia Lisboa da
C957r Região da Jabotiana, anos 2000: história e discurso no processo de nomeação / Eluzia Lisboa da Cruz; orientador Wilton James Bernardo-Santos. – São Cristóvão, SE, 2016.
86 f.: il.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Análise do discurso. 2. Bairros – Aracaju. 3. Jabotiana (Aracaju, SE) – História. 4. Planejamento urbano. I. Bernardo-Santos, Wilton James, orient. II. Título.

CDU 81'42

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, por sempre acreditar em mim.

A Deus, por me conceder força e sabedoria para a realização desse trabalho.

Ao meu companheiro, Wamberg Santos Souza, pelo cuidado, paciência, conselhos e ajuda em todos os momentos.

Ao professor Dr. Wilton James B. Santos, pelas contribuições materiais e teóricas para a realização desse trabalho.

A minha banca de qualificação e defesa, pelas discussões, sugestões e opiniões sempre coerentes.

A Auricilene (Cilene), pela atenção e cuidado na leitura e correção desse trabalho final.

Resumo

A Jabotiana está localizada na zona oeste de Aracaju–SE. É uma região urbana e ao mesmo tempo rural. Possui uma divisão territorial bastante diversificada. Na divisão antiga, há povoados, comunidades, bairro e conjuntos habitacionais. Na nova, há condomínios residenciais em formato vertical, construídos a partir dos anos 2000. Essa movimentação no território faz com que os nomes próprios de lugares estejam em constante modificação, promovendo um processo de deslocamento, sobreposição ou apagamento dos mesmos. Tendo esse contexto como ponto de partida, nosso trabalho se concentra em análises histórico-discursivas de topônimos no espaço urbano/rural. Para entender como a Jabotiana é constituída histórica e discursivamente, apresentamos como aporte teórico: a noção de toponímia, a partir da *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira* (1960), e a de motivação toponímica (DICK, 1990); categorias da Análise de Discurso francesa: interdiscurso, sujeito e formação discursiva (POSSENTI, 2003; CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012; E. ORLANDI 1999); Enunciação como acontecimento histórico de linguagem e o mapa como texto (E. GUIMARÃES, 2002); bem como a noção de leitura do arquivo (M. PÊCHEUX, 1975) e o processo histórico de nomeação em torno dos nomes “povo” e “civilização” (E. BENVENISTE, 1995; J. STAROBINSKI, 2001). Para a composição do *corpus*, analisamos e selecionamos diferentes materialidades escritas: mapas, propagandas de divulgação de condomínios, listas de nomes de ruas e de localidades rurais e urbanas da Jabotiana nos anos 2000, período em que há um avanço das construções verticais no local. No processo teórico-metodológico buscamos, fundamentalmente, descrever, histórica e discursivamente, os efeitos de sentido no aparecimento, nas inserções e nas ressignificações da nomeação no território, e de que maneira a sobreposição e/ou apagamento de diferentes nomeações constituem a Jabotiana de maneira específica.

PALAVRAS CHAVE: Análise de Discurso. História. Jabotiana. Nomeação. Espaço urbano.

ABSTRACT

The Jabotiana is located in the west of Aracaju- SE. It is an urban and at the same time rural region. It has a very diverse territorial division. In the old division, there are villages, communities, neighborhood housing. In the new one, there are residential condominiums in vertical format, built from the year 2000. This movement in the territory makes the names of places is constantly changing, promoting a shift process, overlap or deletion thereof. Taking this context as a starting point, our work focuses on historical and discursive analysis of place names in urban / rural areas. To understand how Jabotiana consists historically and discursively presented as theoretical framework: the notion of place names from the Great Portuguese and Brazilian Encyclopedia (1960), and the toponymic motivation (DICK, 1990); categories of French Discourse Analysis: interdiscourse subject and discursive formation (Possenti, 2003; (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012; E. ORLANDI 1999); Enunciation as language historical event and the map as text (E.GUIMARÃES, 2002); and the file reading notion (M. PÊCHEUX, 1975) and the historical process of naming names around the "people" and "civilization" (E. BENVENISTE, 1995; J. Starobinski, 2001). For the composition of the corpus, analyze and select different scripts materialities: maps, condos dissemination of advertisements, lists of names of streets and rural and urban locations in Jabotiana in the 2000s, a period in which there is a breakthrough of vertical buildings on site. In the theoretical-methodological process we seek to fundamentally describe historical and discursively the effects of meaning in the appearance, in the reinsertion and the reinterpretation of the appointment in the territory, and how the overlay and / or deletion of different appointments are the Jabotiana so specific.

KEYWORDS: Discourse Analysis. History. Jabotiana. Appointment. Urban space.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Estrada que leva ao povoado Aloque.....	43
FIGURA 02 e 03 - Estrada do povoado Gameleira.....	44
FIGURA 04 - Localização no mapa da C. do largo da Aparecida.....	46
FIGURA 05 - Fotografia da Comunidade Jabotiana.....	47
FIGURA 06 – Mapa da Estrada da C. Jabotiana.....	47
FIGURA 07 – Mapa do Bairro Jabotiana.....	51
FIGURA 08 - Propaganda 1: “Conheça a região”	56
FIGURA 09 - Propaganda 2 : “O Santa Lúcia”.....	57
FIGURA 10 - Lista de nomes de condomínios.....	65

Sumário

INTRODUÇÃO	09
Capítulo I - Princípios teóricos: Toponímia e categorias da Análise de Discurso Francesa	12
1.1.A motivação toponímica: o método histórico-linguístico de investigação	13
1.2.Discussão sobre a constituição do sujeito em AD	18
1.3.Interdiscurso: o texto como materialidade e memória discursiva.....	20
1.4.Do interdiscurso à memória do dizer: o esquecimento enunciativo	22
1.5.Formação Discursiva: o conceito em relações específicas.....	27
1.6.O texto em Análise de Discurso: estudo da materialidade discursiva	30
Capítulo II Princípios teórico-metodológicos: apresentação da região da Jabotiana	32
2.1. A leitura de materialidades discursivas para análises específicas	34
2.2.O mapa como texto: dispositivo teórico para análise das regiões constitutivas da Jabotiana.....	39
2.3.Povoados e Comunidades	42
2.3.1.O Povoado do Aloque	43
2.3.2.Povoado da Gameleira.....	44
2.3.3.Comunidade do Largo da Aparecida.....	45
2.3.4.Comunidade da Jabotiana	46
2.4.O bairro Jabotiana: conjuntos habitacionais / condomínios residenciais	48
2.5.Propagandas de condomínios: o texto como unidade e dispersão	53
Capítulo III - Articulação entre análise e teoria: compreensão de questões específicas	60
3.1.Os quadros de documentação: funcionamento das diversas nomeações.....	61
3.2. O processo de nomeação na Jabotiana: rural-natural-urbano	63
3.3. Relações de sentido do “novo e velho mundo” no território nomeado	68
3.4. A reinscrição enunciativa como máscara da urbanização	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
ANEXOS	82

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é um desdobramento da minha trajetória acadêmica na Universidade Federal de Sergipe, mais especificamente o período no qual estive, enquanto estudante de Letras, envolvida em projetos voltados ao estudo da linguagem. Durante a graduação, participei do programa institucional de bolsas de iniciação científica¹. Na iniciação científica, ajudei no desenvolvimento de um projeto interessado no estudo histórico-enunciativo-discursivo em bairros de Aracaju. A partir desse trabalho, apresento o estudo da nomeação na Jabotiana.

Ao analisar o território da Jabotiana, percebi que o mesmo vem sendo modificado gradualmente. Tal fato se deve, principalmente, ao atual processo de urbanização, iniciado desde os anos 2000. Como consequência das mudanças no espaço urbano, os nomes que identificam lugares, antigos e novos, nessa região, são sobrepostos, deslocados, reinseridos ou apagados.

Para entender como as alterações nos topônimos locais constituem a Jabotiana de maneira específica, examinei particularidades do processo de nomeação de um ponto de vista histórico-discursivo. Com isso, busco descrever os efeitos de sentido no aparecimento, nas inserções e nas ressignificações dos nomes próprios de lugares na região da Jabotiana e o que isso significa no território nomeado.

Para estudar a região, apresento a análise da constituição dos nomes de lugares na Jabotiana enquanto provenientes de discursos que atuam na constituição da história local. Portanto, os sentidos que circulam no aparecimento e/ou apagamento dos nomes próprios de lugares que identificam novas ou antigas moradias na região da Jabotiana, influenciam também na constituição histórica local.

Nessa perspectiva, a movimentação de sentidos em determinados nomes próprios de lugares situa a Jabotiana como espaço de relações históricas e discursivas na própria cidade. No entanto, defendendo que essas relações de sentido não acontecem de maneira direta, nem transparente, pois são efeitos de sentido entre locutores, a Jabotiana será estudada por meio de regiões constitutivas.

Essa metodologia de trabalho foi demandada a partir da análise e construção do *corpus*, ou seja, no processo que foi da coleta de dados ao estudo dos fatos. Assim, a

¹ PIBIC (2010-2011). Projeto “Toponímia em Sergipe: um estudo histórico-enunciativo”, coordenado pelo professor Dr. Wilton James B. Santos.

partir do estudo das regiões que formam as localidades rurais e urbanas procuro entender as particularidades que formam o todo: espaço geográfico/histórico/discursivo.

Para analisar o funcionamento discursivo dessas regiões constitutivas, foi indispensável o uso de uma diversidade de documentos, mapas, propagandas, listas de nomes de ruas e de condomínios; enfim, registros que fizessem uma caracterização do espaço pesquisado a partir de suas divisões territoriais: povoados, comunidades, bairro, conjuntos e condomínios residenciais em formato de prédios.

O tratamento específico desses documentos proporcionou a articulação entre o arcabouço teórico fundamentado e a prática analítica. Sendo assim, para entender questões teóricas demandadas a partir da análise do *corpus*, desenvolvi o percurso teórico em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresento os princípios que fundamentam essa pesquisa: Toponímia e Análise de Discurso. No capítulo em questão apresento referenciais específicos para fundamentação adequada das questões em torno do objeto. Por meio desses norteamentos encontramos debates teóricos amplamente difundidos que nos ajudaram a descrever e analisar os sentidos que circulam e constituem a nomeação pesquisada.

Como trabalho com análise de nomes próprios de lugares, coloco como ponto de partida o estudo da Toponímia. Nesse caso, a preocupação principal não é apenas entender o significado do nome próprio de lugar, mas também o processo de movimentação de sentidos a partir desses topônimos, e como os mesmos são projetados na história constitutiva da Jabotiana. Por isso, o capítulo um foi dividido pelo estudo da Toponímia presente na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1960) e pela noção de motivação toponímica apresentada por Maria V. Dick (1990).

Apresento, também nesse primeiro capítulo, a constituição do sujeito e Formação discursiva, categorias fundamentais dos trabalhos de Análise de Discurso de Eni Orlandi (1999), e também a noção de interdiscurso de Sírío Possenti (2003), bem como a que aparece no Dicionário de Análise de Discurso (2012). A partir do que esses autores apresentam teoricamente, o trabalho que aqui se situa está embasado pelo interdiscurso como memória discursiva e memória do dizer, sendo esta última correlacionada ao conceito de acontecimento de linguagem (GUIMARÃES, 2002).

No segundo capítulo, devido às condições próprias da análise de dados enquanto discursos (ORLANDI, 1996), e pela constatação de que estudo um *corpus* complexo e materialmente variável, os princípios teórico-metodológicos são pensados a partir da

noção de leitura de “arquivo” (M. PÊCHEUX 1994), onde o arquivo seja tratado como memória discursiva.

Partindo dos princípios teóricos apresentados, organizei um percurso de apresentação e caracterização da região da Jabotiana e das suas divisões territoriais constitutivas. A partir disso, procurei também situar relações de sentido que são construídas em torno das diferentes nomeações presentes no objeto de estudo.

No terceiro capítulo, delinco as primeiras articulações entre análise e teoria. Por meio da metodologia de trabalho apresentada no segundo capítulo, e da descrição de fatos histórico-discursivos sobre a região da Jabotiana em suas divisões constitutivas, analiso nomes encontrados nas localidades apresentadas em diversas materialidades escritas, como mapas e propagandas de divulgação das construtoras.

Essa parte do trabalho tem o propósito de situar questões mais direcionadas ao objeto analisado. Como, por exemplo, a movimentação de sentidos presente nos nomes antigos e novos, onde os primeiros são apagados ou retomados pelos segundos. Tendo em vista este último fato, pormenorizei e mobilizei uma dupla relação entre teoria e análise. Por isso, o capítulo três apresenta metodologia de trabalho complementando a descrição do espaço pesquisado presente no capítulo dois.

Nessa experimentação entre teoria e análise, na qual trabalho com nomes antigos e novos que compõem as divisões territoriais da Jabotiana, notei que esses lugares são marcados pela atuação de diferentes discursos no território da Jabotiana. Também procurei enfatizar como os mesmos projetam no espaço nomeado contradições históricas bastantes significativas.

Destaco ainda, na nomeação presente no território estudado, um enfrentamento entre o espaço urbano e o rural, funcionando através dos nomes que vão sendo utilizados com propósitos diversos, anulando outros que ali estavam. Por isso, na última parte, analiso discursos que camuflam significados diversos no fato de se valorizar, por exemplo, em propagandas de condomínios construídos na região da Jabotiana, o discurso do indivíduo civilizado, da urbanidade (BENVENISTE, 1995; STAROBINSKI, 2001), encobrindo ou apagando o natural/rural.

Ao longo dos três capítulos, procuro demonstrar os discursos que circulam na história local de diferentes maneiras. Nesse caso, a metodologia de trabalho, aliada à descrição do objeto, bem como à análise apresentada, tornou possível entender que os nomes próprios de lugares situam enfrentamentos discursivos particularizados, os quais podem significar interesses que vão além da simples relação nome/objeto.

Capítulo I - Princípios teóricos: Toponímia e categorias da Análise de Discurso Francesa

Nesse capítulo, apresentamos debates para a compreensão de problemáticas histórico-discursivas. A fundamentação teórica do nosso trabalho é delineada, primeiramente, a partir do estudo da Toponímia, apresentado por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) e pela Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1960). Esses textos apresentam princípios básicos para o estudo da Toponímia. Os trabalhos citados norteiam a conceituação necessária em torno do estudo que vai do processo de nomeação e as consequências histórico-discursivas do aparecimento à categorização de determinados nomes de localidades urbanas ou rurais.

Tratamos também do conceito de acontecimento de linguagem, dispositivo de análise apresentado em E. Guimarães (2002). Nesse sentido, o autor expõe um estudo da enunciação filiada ao materialismo histórico. O que nos interessa nesse trabalho é a constituição histórica do sentido como memória do dizer, partindo do acontecimento histórico de linguagem. Essa concepção possibilita a compreensão específica de como a movimentação de sentidos atua no território nomeado.

Outro debate importante é o que situa a constituição do Sujeito, Interdiscurso e Formação discursiva (ORLANDI, 1999, POSSENTI, 2003; CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012). Essas categorias da Análise de Discurso de orientação francesa são o ponto de partida para a compreensão dos processos históricos e discursivos que interessam para a análise do objeto pesquisado. Por meio da constituição do sujeito ensaiamos a compreensão de qual sujeito, ou quais sujeitos, estão implicados interdiscursivamente na cidade, na região da Jabotiana, sendo afetados, de maneira direta ou não, pelos sentidos presentes nas diversas nomeações do território estudado.

Com as categorias da análise de discurso que serão apresentadas, procuraremos trabalhar por meio da análise de fontes históricas escritas. Nesse caso, apresentamos também o que vem a ser texto em AD (ORLANDI, 2001), pois nessa pesquisa lidamos com diversas materialidades textuais, como mapas, propagandas, listas de nomes de ruas ou de condomínios etc.. No mais, a exposição de teorias direciona uma análise específica para demonstrar o processo de circulação de sentidos em torno do objeto pesquisado. Por isso, as materialidades textuais estudadas necessitam de uma orientação teórica específica, dessa maneira procuraremos esclarecer, com maior propriedade, a proposta de estudo aqui traçada.

1.1. A motivação toponímica: o método histórico-linguístico de investigação

O estudo da Toponímia nos parece bastante norteador no sentido de que se filia a uma prática de pesquisa dos nomes de lugares muito próxima da pesquisa histórica e também Linguística, fato esse que nos leva para bem perto do nosso trabalho. Imanada de uma Análise de Discurso que se aproxima do estudo semântico, mas de modo um tanto específico, a análise que nos interessa é a de compreensão dos sentidos que os nomes próprios de lugares novos e antigos projetam na história da Jabotiana e nos sujeitos locais.

Começemos por entender que para Maria Vicentina de P. Dick em seu estudo *A motivação toponímica e a realidade brasileira*, o método de pesquisa da Toponímia leva em consideração, por exemplo, que “a nomeação dos seres orgânicos ou inorgânicos inscreve-se como atividade bastante significativa ao homem, complementar, muitas vezes do perfeito entendimento da realidade circundante.” (DICK, 1990, p.29) Esse fato já demonstra que a Toponímia está pautada em ações humanas e sua importância para a constituição e reconstituição histórica do ambiente nomeado.

No entanto, a autora explica que “uma das grandes dificuldades que cercaram o conceito da Toponímia como disciplina autônoma foi, exatamente, o problema da delimitação de seu campo de trabalho e a caracterização de seu objeto específico.” (DICK, 1990, p.35) Em torno dessa problemática a autora explica que

As diferentes nuances significativas que dão forma ao nome de lugar, e as diversificadas informações que dele se pode depreender, acabariam por tornar a matéria um repositório de fatos culturais de amplitude considerável. Disso ocorreu, evidentemente, o virtual empecilho em situá-la em um ramo distinto do conhecimento humano. Para muitos, suas questões poderiam, sem dúvida alguma, e com igual êxito, se inscrever nos quadros da história, da Geografia, ou das Ciências Sociais, por exemplo, e por elas serem solucionadas. (DICK, 1990, p.35)

Como toda categoria de pesquisa que se quer estabelecer enquanto ciência, a Toponímia, por se inscrever, com certa proximidade, em outras correntes teóricas das ciências humanas, também precisa se estabelecer entre as mesmas ciências que a rodeiam e se agregam a ela de alguma forma. Pois, como bem expõe Dick (1990, p.35) “é certo também, que, em nenhuma dessas posições, tomadas isoladamente ou com

exclusivismo, será possível atingir a plenitude do fenômeno toponomástico, em seu conjunto.”

Por isso, a autora aqui citada sugere que um caminho possível para o efetivo estudo da Toponímia, enquanto ciência que estuda os fundamentos dos nomes próprios de lugar deve partir da seguinte assertiva:

A Toponímia é um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente. [...] Em sua feição intrínseca, a Toponímia deve ser considerada como um fato do sistema das línguas humanas (DICK, 1990, p.35 - 36).

Vemos, assim, que a Toponímia, procurando seu lugar no hall científico, se afasta das ciências estabelecidas nas humanidades, como a história, a sociologia e a geografia, mesmo fazendo parte delas de alguma maneira, e procura se matizar como parte dos estudos da linguagem. Sendo assim, a Toponímia se ocupará da função de dar relevo à origem dos nomes de lugar tomando de empréstimo o estudo semiológico da Linguística. No entanto, isso não ocorre de maneira direta:

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, como já se acentuou uma forma de língua, ou significante animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo. (DICK, 1990, p.38).

Como se pode perceber a Toponímia se estabelece, segundo a análise da autora aqui citada, justamente num caminho já traçado no famoso curso de Linguística geral de Ferdinand Saussure. Esse duplo aspecto que norteia o significado dos nomes de lugar acontece, segundo Dick (1990, p.39), em dois momentos cruciais:

- Primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionando em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico; - e, a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas.

Quando se fala em Toponímia nota-se que não estamos trabalhando no ramo das afirmações, e sim no da especulação semântica. A pesquisa poderá, nesse caso, levar a origem mais ou menos certa ou a uma filiação aproximada do nome a partir do local onde o mesmo se encontra. Esse fato é bastante relevante para o nosso trabalho, uma vez que esse estudo sendo parte da pesquisa linguística é um meio para entendermos, como veremos adiante, como diversos sujeitos podem ser afetados pelas nomeações dos lugares que projetam na existência desses nomes sentidos que os marcam definitivamente na história de seu aparecimento através dos lugares que os constituem.

Mas antes, devemos entender que a especificidade do lugar em que o topônimo se insere muitas vezes dificulta a sua classificação. Isso faz com que o nome que é dado a um lugar sofra um processo que Dick (1990, p.44) vai classificar como cristalização semântica.

Relativamente ao Brasil, a cristalização semântica dos topônimos, ou seja, a sua persistência como signos geográficos. Mesmo quando seus elementos componentes deixaram de ser facilmente identificáveis pela população local, adquire considerável importância.

Vemos, então, que a Toponímia mesmo aceitando como parte do seu estudo a linguagem, ainda persiste a influência das outras ciências que, muitas vezes, torna opaca a sua definição enquanto ciência. Por isso, aceitando que a Toponímia estuda somente os nomes próprios de lugares, sua origem e evolução, estamos também aceitando que este domínio teórico, que tem aproximações com ciências como a história, a geografia e até mesmo com a filologia, abarca apenas o signo Linguístico. No entanto, é preciso analisar que o topônimo não assegura apenas a existência do nome, mas o lugar em que ele se encontra e, de maneira definitiva, a ação motivada por aquele que nomeia.

Desde que se admite ser o signo toponímico essencialmente motivado, este fato irá condicionar o ordenamento dos princípios reguladores da motivação, como um dado em si mesmo, e a estruturação propriamente dita dos motivos que mais se evidenciam nos nomes de lugares, em geral (DICK, 1990, p.44).

Corroborando com o que já foi estabelecido enquanto estudo da Toponímia, procuramos também entender se essa definição, como motivação, prevalece em outros manuais que se interessam pelo assunto. Para entender como funciona a ação desse possível nomeador traçado em Dick (1990) precisamos situar o estudo que especifica as razões da Toponímia um pouco antes da tese da autora.

Uma caracterização possível é a que se encontra na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. (1960, p. 70)

O estudo da toponímia, cuja importância é fundamental em muitos aspectos, especialmente nos domínios linguístico e histórico, pode fazer-se metodicamente segundo vários pontos de vista, desde a classificação por línguas até às causas que promoveram o aparecimento dos topônimos, isto é, o seu sentido.

Percebe-se que na enciclopédia o estudo da toponímia é caracterizado de maneira generalizada, como convém a esse tipo de documento, mas o que escapa nessa caracterização é que o sentido do topônimo depende apenas dele mesmo, como se o nome não fosse consequência do lugar onde se situa e nem da ação do próprio nomeador. O sentido, segundo o documento em citação, advém das causas que promoveram o aparecimento do topônimo, mas não como consequência das motivações do nomeador que são projetadas no território nomeado.

Mesmo assim, a classificação presente na enciclopédia se aproxima do que Dick apresenta como essencialmente motivado por uma semântica baseada na ação do denominador. Por isso, o trabalho que se afasta, mas evolui, dessa caracterização de toponímia encontrada na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira parece-nos bastante acertado. Tomemos, então, o ato de nomear como atividade que compreende não somente o sentido, mas também a realidade circundante que motiva a ação do denominador.

O estudo apresentado em Dick (1990), no qual a autora analisa a motivação toponímica e a realidade brasileira, promove uma reflexão aproximada da nossa perspectiva de estudo dos nomes próprios de lugares na região da Jabotiana, mesmo assim em nossa pesquisa essa teoria apresentada pela autora nos levará a uma reflexão adiante, pois servirá de aparato para a percepção do caráter motivador em torno dos nomes de lugar e os sentidos advindos do seu aparecimento.

Portanto, nosso trabalho parte da Toponímia, mas não faz um estudo toponímico por excelência, pois assim como esse ramo se aproxima do estudo da linguagem, faremos o caminho dos sentidos e não propriamente da origem dos nomes. Por isso, como Dick (1990, p. 48) deixa claro que “à Toponímia interessará apenas a análise e a compreensão dos elementos que influenciam a conduta humana na nomeação dos

lugares”, torna-se importante esclarecermos os contornos teóricos traçados pela autora para que possamos finalmente ir adiante a partir do já estabelecido.

No capítulo direcionado a motivação toponímica e seus aspectos Dick (1990, p.48) explica o funcionamento do ato de nomear.

Em função da natureza do assunto a ser desenvolvido e das características próprias do ato denominativo, saber quais são as tendências reveladas pela nomenclatura geográfica de uma região qualquer [...]; entender o porquê de o indivíduo empregar estas ou aquelas expressões, relacionadas a um fator condicionante de origem externa ou interna; manipular, enfim, os resultados de toda essa intensa atividade linguística revelada pelos denominativos tópicos, parece ser a melhor atitude para se alcançar os objetivos pretendidos.

Nesse caso, avaliamos nesse modelo proposto o porquê de o indivíduo empregar estas ou aquelas expressões, relacionadas a um fator condicionante de origem externa ou interna. Nota-se que a questão em Dick é apenas semântica. No entanto ao falar de condicionamento do indivíduo se aproxima do que estudamos. A autora ainda acrescenta “se o topônimo escolhido não estiver registrado, historicamente, em fontes fidedignas, a pesquisa resultará em longo e profícuo caminhar entre hipóteses e sugestões que dificilmente conduzirão à verdade do designativo.” (DICK, 1990, p.50) Essa questão metodológica é importante para quem trabalha com textos.

E ainda, a autora explica que o denominador “como membro participante de sua dinâmica, poderá facilitar o possível conhecimento dos motivos que o condicionaram naquele momento preciso.” Em nosso trabalho, ainda que pareça aproximado, o gesto mais importante não é a ação do denominador em si, mas as condições que projetam esse ato de nomear, bem como as consequências histórico-discursivas advindas desse processo.

Sendo assim, o estudo da Toponímia deve realizar mais do que o exame dos ‘motivos’ que levaram a origem e a classificação do nome de lugar. Deve-se levar em consideração que no ato de nomear, os sentidos que são historicamente projetados no próprio lugar nomeado, e os que são reproduzidos na nomeação e não somente na ação do nomeador. Por isso, a ação do nomeador deve ser entendida como atravessamentos pela ideologia que projeta nomeações afetando a concepção de sentidos e sujeitos. Por meio da linguagem, no ato de nomear, procuraremos compreender esse movimento discursivo revelando o sujeito e a movimentação discursiva nos nomes próprios de lugares.

1.2. Constituição do sujeito: o discurso nomeador no território

A Análise de Discurso de orientação francesa concebe o sujeito não como o centro do discurso, mas como um sujeito protagonizado pela ideologia, dotado de inconsciente e sem liberdade discursiva. Por isso, em seu livro *Análise do discurso princípios e procedimentos* (1999), Eni Orlandi apresenta um norteamento que situa a noção de sujeito para a Análise de Discurso.

Sendo assim, a autora explica que o sentido proveniente da ação do sujeito, não deve ser entendido “como algo fixo e irredutível, uma vez que não há sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso.” (ORLANDI, 1999, p.52)

Tendo como fundamental a questão do sentido, a Análise de Discurso se constitui no espaço em que a Linguística tem a ver com a Filosofia e com as Ciências Sociais. Em outras palavras, na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história.

Sendo que essas teorias são atravessadas pela teoria do sujeito de natureza psicanalítica, é esse sujeito que nos interessa. Esse sujeito é constituído nas contradições da sua forma histórica que o faz livre e submisso ao mesmo tempo: “é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta a língua para sabê-la.” (p.50)

Mas além da linguagem, o sujeito também se constitui, decisivamente, pela ideologia. “A ideologia faz com que haja sujeitado. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade.” (ORLANDI, 1999, p.50)

Pelo ideal de completude o sujeito acredita ter o domínio absoluto do que fala, e por meio da qual entende empreender um significado ao nome – é o caso do denominador apresentado em Dick (1990). No entanto, para Orlandi (1999, p.49) esse sujeito é “atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso à parte do que diz. Ele é materialmente dividido: ele é sujeito de e é sujeito à.”

Nesse caso, “é preciso acrescentar que a noção de sujeito-de-direito se distingue da de indivíduo. O sujeito de direito não é uma entidade psicológica, ele é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista.” (ORLANDI, 1999, p. 51)

Essa noção de sujeito é a que, a nosso ver, atua na de denominador subjetivo que nomeia o território. A determinação de sujeito, segundo a autora em questão, é fundada em processos de individualização do sujeito pelo estado.

Esse sujeito subjetivo, também como membro de uma sociedade, da cidade em si, faz parte de um mundo tomado por uma realidade que só pode ser a sua, se entende como lugar de produção e compreensão dos dizeres. Nesse caso, podemos afirmar que o sujeito da toponimização não relaciona a linguagem à sua exterioridade, não compreende os sentidos projetados por meio da articulação entre linguagem e mundo nomeado.

No entanto, E. Orlandi (1999, p.50) nos esclarece que na análise da ação do sujeito não devemos tratá-lo em sua a-história, pois o mesmo é projetado em uma ambiguidade na qual “se determina o que diz, no entanto, é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos.” Desse modo, nota-se que o sujeito é constituído duplamente enquanto sujeito de direito individualizado pelo estado; e também é constituído nas contradições dessa particularização do sujeito que se dá pela exterioridade, memória histórica. Por isso é preciso compreender o sujeito através da sua historicidade.

Para Orlandi (1999, p. 19), tomando essa exterioridade pelo materialismo histórico na linguagem, “a forma material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história.” Por isso, “o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam.” (ORLANDI, 1990, p. 20)

Segundo Orlandi (1999, p.47), “a relação da ordem simbólica com o mundo se faz de tal modo que para haja sentido é preciso que a língua, enquanto sistema, [...] se inscreva na história.” Por meio da história pode-se entender a ação do sujeito e suas contradições. No entanto, Orlandi (1999, p. 48) argumenta que “nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem juntamente”.

Sendo assim, em o sujeito, em sua constituição, “não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui.” (ORLANDI, 1999, p. 48) Nesse caso, o sujeito ocupa diferentes posições a partir da fala que o constitui, portanto é, em sua forma histórica, determinado pela exterioridade, no interdiscurso, memória discursiva.

1.3. Interdiscurso: o texto como materialidade e memória discursiva

O interdiscurso é uma categoria muito difundida na AD. O aparecimento desse conceito, na Análise de Discurso de linha francesa, fez com que outros, antes tidos como de extrema importância – condições de produção e formação discursiva – saíssem um pouco do foco. Por isso, carece de entendimento teórico específico para o trabalho de análise frente ao objeto. Sendo assim, organizamos a seguir algumas definições apresentadas em S. Possenti (2003), no Dicionário de análise de discurso (2012) e em E.Orlandi (1999). Com essas definições poderemos também encaminhar teoricamente questões que concentraremos em nosso trabalho de pesquisa.

Em Sírío Possenti (2003, p. 211-212)

O que define o interdiscurso é a sua objetividade material contraditória, que reside no fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar independentemente, isto é, sob o complexo das formações ideológicas.

Essa é uma posição que se coloca junto à concepção de D. Maingueneau e rompe com a de Pêcheux. A definição de interdiscurso apresentada em Possenti (2003) está relacionada ao conceito de formações ideológicas que advém de um conceito incorporado na primeira fase da análise de discurso, mas depois acabou perdendo importância por conta da evolução dos estudos em AD.

No dicionário de análise de discurso o interdiscurso é entendido como

O conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outros gêneros etc.) com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita. (CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D., 2012, p.286)

Essa definição, presente no dicionário de Análise de discurso, trata do Interdiscurso de maneira particularizada, como discursos que são produzidos em materialidades classificadas no dicionário como “unidades discursivas”. Mas qual seria esse discurso particular, senão uma correlação direta com a intertextualidade. Logo, o interdiscurso é materializado, nesse caso, na superfície textual.

No entanto, saindo um pouco dessa definição, mas ainda entrando em questões próximas do texto, E.Orlandi (1999, p.33-34) explica,

É preciso não confundir o que é interdiscurso e o que é intertexto. O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. Isto é o efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em “minhas” palavras.

Nesse caso a questão do interdiscurso se afasta um pouco da análise textual como tradicionalmente a conhecemos, na qual as palavras fazem sentido em um texto a partir do próprio texto. Saindo desse modelo de análise textual, a questão do interdiscurso passa a ser entendida como conjunto de formulações produto da relação direta com o mundo, como lugar material do acontecimento em que essas formulações foram ditas por um sujeito específico, em um momento particularizado.

Por isso, essa definição de interdiscurso, que é caracterizada enquanto memória discursiva ou saber discursivo que torna possível todo dizer, é a mais acertada para o estudo ao qual nos propomos. Sendo assim, façamos a compreensão necessária de memória discursiva e interdiscurso. Segundo Orlandi (1999, p. 31)

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pre-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Portanto, a nossa questão é com a história, ou com a memória que constitui o nome enquanto tal em textos que circulam socialmente, e não exatamente com o texto, mesmo que ele represente a superfície material onde o discurso se realiza; nem com formações ideológicas preconcebidas como verdades absolutas, pois as mesmas são afetadas pelo esquecimento enunciativo que as faz funcionar.

Tanto o interdiscurso como o intertexto mobilizam o que chamamos relações de sentido. [...] No entanto o interdiscurso é da ordem do

saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer, enquanto o intertexto restringe-se à relação de um texto com outros textos. Nessa relação, a intertextual, o esquecimento não é estruturante, como o é para o interdiscurso. (ORLANDI, 1999, p. 34)

Desse modo, na análise/leitura de materialidades textuais, pelo viés da AD, deve-se visar essa perspectiva do esquecimento. E a partir dessa perspectiva também a compreensão de interdiscurso. Sendo assim, empreender a análise de determinadas realidades discursivas nos possibilita um tratamento adequado dos discursos produzidos por sujeitos afetados por uma ideologia interdiscursivamente.

Por isso, esse sujeito ideológico é também afetado pela história por meio de um efeito em que os nomes próprios de lugares já significam no passado, pela memória discursiva. Isso quer dizer que o sentido atuante em um território e sua nomeação “resulta do efeito de exterioridade: o sentido lá.” (Orlandi, 1999, p.212). Esse efeito de sentido, em um dado enunciado, funciona como “ilusão”. Pêcheux (1994) argumenta que essa ilusão se dá no processo de semantização produzido pela língua, enquanto fruto de uma leitura “literal” e não materialidade específica.

1.4.Do interdiscurso à memória do dizer: o esquecimento enunciativo

Em Orlandi (1999) o interdiscurso é uma memória discursiva, um conjunto de já-ditos, ou esquecimentos, que sustenta todo dizer e que afetam o sujeito. Já o interdiscurso estabelecido na articulação entre língua e objeto é sempre atravessado por uma memória do dizer, sendo que essa memória promove esquecimentos que determina as práticas discursivas do sujeito.

Trataremos dessa última definição de interdiscurso numa relação com o texto de Eduardo Guimarães: *Semântica do acontecimento, um estudo enunciativo da designação* (2002). No livro, o autor aborda o estudo da enunciação por meio de uma semântica materialista. Afastando-se das concepções tradicionais, as quais tomam o enunciado em uma relação direta entre o falante e a língua, Guimarães analisa o sentido enquanto acontecimento, ou seja, como memória do dizer.

A tese central do autor visa reconhecer o funcionamento do sentido em enunciações historicamente constituídas. Para Guimarães (2002), a enunciação é um acontecimento que parte da relação entre o sujeito e a língua, mas não de modo reducionista.

Para mim o tratamento da enunciação deve se dar num espaço em que seja possível considerar a constituição histórica do sentido, de modo que a semântica se formule, claramente, como uma disciplina do campo das ciências humanas, fora de suas relações com a lógica ou a gramática pensadas ou como matematizável ou como uma estrutura biologicamente determinada. (GUIMARÃES, 2002, p. 08)

Desse modo, ultrapassa-se o limite do enunciado, estabelecendo a relação de sentido em outro domínio, o da história. Mas para entender tal assertiva, deve-se levar em consideração que enunciar é uma prática política. O autor explica que “tanto a noção de político, [...] quanto a minha concepção de sentido, são pensadas historicamente e não como uma ação particular numa situação particular.” (GUIMARÃES, 2002, p. 08) Por isso, interessa-se pela constituição do sentido nos nomes e enfrenta a superficialidade na qual “em análises específicas, nomes poderiam levar, com alguma facilidade, a uma concepção, segundo a qual os nomes funcionam meramente por suas relações com os objetos únicos que nomeiam.” (p.08)

Nesse sentido, operando um conjunto de nomes comuns que estão ligados à problemática dos nomes próprios, estuda-se o funcionamento da designação. Mas não entende o nome como uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Entende-se, assim, que

A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real [...], enquanto uma relação tomada na história. (GUIMARÃES, 2002, p.09)

Levando a questão para o nosso objeto de estudo, em nosso caso é preciso entender como o sentido particulariza os nomes de lugar na região em que os mesmos aparecem. Sendo assim, passemos ao tratamento da enunciação como acontecimento de linguagem. A enunciação é um acontecimento de linguagem que se orienta através do funcionamento da língua.

Dois elementos são decisivos para a conceituação do acontecimento de linguagem: a língua e o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo. Por outro lado, um terceiro elemento decisivo, de meu ponto de vista, na constituição do acontecimento, é a sua temporalidade. Um quarto elemento ainda é um real a que o dizer se expõe ao falar dele. (GUIMARÃES, 2002, p.11)

Por meio da noção de acontecimento, Guimarães (2002) descentraliza a ação do sujeito e do locutor. Assim, afastados da relação direta com a fala, o conceito de acontecimento de linguagem passa a ser constituído em três elementos principais: 1. A língua; 2. O sujeito; 3. A temporalidade; 4. O real. Já se percebe que sem o sujeito não há língua, no entanto, o autor deixa claro que é a materialidade do dizer que temporaliza o lugar, ou seja, a realidade histórica.

Para organizar teoricamente os fatos apresentados, segundo E. Guimarães (2002, p. 11-15)

Considero que algo é um acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade.

Mas “a temporalidade do acontecimento da enunciação traz sempre esta disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo Locutor.” (GUIMARÃES, 2002, p. 14) Essa disparidade, segundo o autor citado, torna inacessível ao locutor àquilo que enuncia.

Assim o Locutor está dividido no acontecimento. E está dividido porque falar, enunciar, pelo funcionamento da língua no acontecimento, é falar enquanto sujeito. [...] O sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso, entendendo este como uma memória de sentidos. (GUIMARÃES, 2002, p. idem)

Para Guimarães (2002) a temporalidade é um presente que abre latência de futuro estabelecida pelo passado. Por isso, o acontecimento significa, e não o sujeito, porque recorta um passado como memorável. “O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar.” (GUIMARÃES, 2002, p.14)

Por esse caminho, o acontecimento torna-se a partir da filiação com nome de lugar, desse ponto de vista, uma atualização do passado, pois “o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciados por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como seu passado.” (GUIMARÃES, 2002, p.15) Em

mapas, por exemplo, sendo índices que possuem uma temporalidade específica, a temporalidade não atua, o sujeito, usuário do mapa, para se localizar só enxerga a atualização, o novo. O que atua, nesse caso, é esquecimento discursivo, (interdiscursivamente), que articula interdiscurso e acontecimento, mas não toma um pelo outro.

Outra questão em torno do acontecimento é a que envolve o político. Segundo Guimarães (2002, p.16)

O político, ou a política, é para mim, caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Desse modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento.

Isso acontece, de acordo com a teoria aqui apresentada, porque o acontecimento de linguagem funciona nos espaços de enunciação específicos. No espaço de enunciação “a relação entre falantes e língua interessa enquanto um espaço regulado de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto.” (GUIMARÃES, 2002, p.18) Guimarães explica que os falantes “são sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de enunciação”.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2002, p.18)

Sendo assim, o sujeito parece desconhecer, nos espaços de enunciação, que fala de um lugar social. Os diferentes espaços de enunciação também podem fazer com que os lugares de fala do sujeito fiquem divididos e interditados, particularizados enunciativamente. Essa particularização do lugar social do sujeito se dá, segundo Guimarães, “em cenas enunciativas”.

A cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele quem se fala” não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer. (GUIMARÃES, 2002, p.23)

Explicando a noção apresentada pelo autor, ele nos diz que nas cenas enunciativas a temporalidade específica do acontecimento é fundamento específico. Como o locutor não é a origem do dizer, ele só pode falar enquanto predicado por um lugar social. O locutor precisa se dividir para entender a disparidade da enunciação. “distinguir o locutor do lugar social do locutor.” Sendo assim, o presente do locutor e a temporalidade do acontecimento representa a divisão do real, disparidade do acontecimento por meio da língua.

No espaço de nomeação as divisões acontecem, no entanto não são percebidas, pois o sujeito tomado pela enunciação não consegue atravessar os sentidos provenientes dessa ação. Desse modo, o sujeito também não alcança os sentidos provenientes do seu dizer. Nesse caso, passemos a explicação de Guimarães:

O enunciador-individual, enquanto um lugar de dizer traz um aspecto específico para isto que estamos chamando lugares de enunciação. É a representação de um lugar como aquele que está acima de todos, como aquele que retira o dizer de sua circunstancialidade. E ao fazer isso representa a linguagem como independente da história. (GUIMARÃES, 2002, p. 25)

Sendo assim, a cena enunciativa coloca em jogo a ação do locutor e dos lugares do dizer. Para Guimarães (2002) os lugares do dizer passam por três processos “enunciação, reescritura, textualidade.” Para o estudo de materialidades escritas, onde o sentido está implicado pelo acontecimento, faz-se necessário entender de modo mais aproximado os conceitos de reescritura e textualidade.

As questões tomadas como procedimentos de textualidade são procedimentos de reescritura. Ou seja, são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim a textualidade e o sentido das expressões se constituem pelo texto por esta reescritura infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia. (GUIMARÃES, 2002, p.28)

No estudo de nomes próprios, em um mapa, por exemplo, “num acontecimento em que certo nome funciona a nomeação é recontada como memorável por temporalidades específicas.” (p.27) Por isso “é fundamental observar como o nome está relacionado pela textualidade com outros enunciados ali funcionando sob a aparência de

substituibilidade.” (p.27) Por isso o processo de reescrituração constitui os sentidos e o texto onde os sentidos atuam, ou seja, no território nomeado.

Entendemos, de acordo com Guimarães (2002), que ao reescrever, particularizar determinado local textualizado, o procedimento de reescrituração no texto faz com que algo do texto seja interpretado como diferente de si. E analisar a designação de uma palavra é ver como sua presença no texto constitui predicções por sobre a segmentalidade do texto, e que produzem o sentido da designação.

É desse modo que

O sentido é constituído pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto, [...] Só assim se torna possível deixar de intervir na descrição do sentido os rememorados que os diversos pontos de um texto recortam. (GUIMARÃES, 2002, p.28)

Por isso, o locutor fica dividido em “cenas enunciativas” na própria ação de nomear, quando o que se enuncia. “Não enuncia como independente da história, mas como fora da história, como válido para qualquer fato como aquilo que vai dirigir os fatos.” (p.29)

Esse processo acontece, de acordo com Guimarães (2002, p. 30), pois “este funcionamento do Locutor dividido pelo próprio jogo de se representar como idêntico a si, quando si lhe é dispare, é o processo pelo qual a enunciação apaga seu caráter social e histórico.” Sendo assim, os lugares de enunciação e a posição do sujeito na enunciação, no próprio ato de nomear, fazem com que o locutor seja dividido.

Esse, segundo o autor em questão, “é o processo pelo qual a enunciação apaga seu caráter social e histórico.” (GUIMARÃES, 2002, p.30) A partir disso, vemos que no interdiscurso, estamos na memória do dizer, no interdiscurso, tomando a acepção defendida por Guimarães (2002, p. 30), “ser sujeito é estar afetado por este esquecimento que se significa nesta posição.” Por isso, “a representação do locutor se constitui nesse esquecimento e é isto que divide o Locutor e apaga o locutor.” (p.30) Onde o locutor, em nosso caso, acaba se tornando sujeito da ação de nomear.

1.5. Formação Discursiva: discursos em suas relações específicas

Segundo o dicionário de análise de Discurso (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012, p.240), “a noção de formação discursiva foi introduzida por Foucault e reformulada por Pêcheux no quadro da análise de discurso. Em função dessa

dupla origem o conceito conservou uma grande instabilidade.” Em nossa abordagem, por questões de princípios teóricos, nos filiamos à noção de formação discursiva apresentada em Pêcheux.

É com Pêcheux que essa noção é acolhida na análise do discurso. No quadro teórico do marxismo althusseriano, ele propunha que toda “formação social”, caracterizável por uma certa relação entre as classes sociais, implica a existência de “posições políticas e ideológicas, que não são feitas de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012, p.241)

Na Análise Discurso francesa a qual se filiam os estudos de Pêcheux e Orlandi, o sujeito não é proveniente de uma unidade, como se vê em algumas teorias da enunciação, e sim um sujeito descentrado. Sendo assim, o mesmo não se constitui na fonte e origem dos processos discursivos que enuncia, uma vez que estes são determinados pela formação discursiva na qual o sujeito falante está inscrito. Contudo, esse sujeito tem a ilusão de ser a fonte, origem do seu discurso.

Como o sujeito acredita ser a origem do seu dizer, acaba também acreditando que os sentidos são dados de maneira sempre óbvia e certa. No entanto, E.Orlandi (1999, p. 42-43), apresenta particularidades sobre essa questão de um novo ponto de vista.

Podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Por isso, não podemos delegar o sentido ao próprio sujeito enquanto dono do dizer integralmente, pois como percebemos esse sujeito é afetado por posições ideológicas que mudam o sentido de suas palavras cada vez que ele adere, enquanto sujeito, a determinadas formações discursivas.

A noção de formação discursiva é, ainda que polêmica, básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo da produção de sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. (ORLANDI, 1999, p.43)

Para Orlandi (1999, p.43), “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada- determina o que pode e deve ser dito.” Por isso que o discurso se manifesta na AD de modo bastante agregado à noção de Formação discursiva:

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm umas sentidas nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. (ORLANDI, 1999, p.43)

Como os sentidos são determinados a partir do sujeito afetado ideologicamente, diversas Formações Discursivas fazem com que não seja percebido que “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres que se alojam na memória.” (ORLANDI, 1999, p.43)

Por isso, “as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações.” (ORLANDI, 1999, p.43-44) Portanto, a Análise de Discurso projeta o conceito de Formação Discursiva de modo bastante relacionado ao discurso e a ideologia. Nessa relação, o sentido proveniente da movimentação das palavras no mundo sofre modificações constantes. No entanto,

Os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. No entanto, é preciso não confundir as formações discursivas com blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são construídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluídas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. (ORLANDI, 1999, p.44)

Essa questão aparece principalmente quando analisamos textos escritos. Nesses lugares as relações de sentidos em formações discursivas são atravessadas pela ideologia que os fazem funcionar de um modo e não de outro. As formações discursivas particularizaram a enunciação de modo opaco, não transparente.

1.6. O texto em Análise de Discurso: estudo da materialidade discursiva

Os sujeitos afetados pela escrita tem a ilusão de controle da textualidade, no entanto as camadas de sentido que atuam na constituição do texto não são transparentes, passíveis de compreensão direta e homogênea. Quando se trabalha com análise de materialidades textuais para um estudo histórico-discursivo, devemos primeiramente entender o que é um texto em AD. Em Orlandi (2001), *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos* encontram-se esclarecimentos para a compreensão o papel do texto em Análise de Discurso. Para a autora (2001, p.78) o texto em AD é tomado

Como forma material concreta do discurso, como textualidade, manifestação material concreta do discurso, sendo este tomado como lugar de observação dos efeitos da inscrição da língua sujeita a equívocos na história.

Por isso na AD praticada pela autora, presente em nosso trabalho, procura-se “compreender os gestos de interpretação inscritos nos textos.” Sendo assim, o papel da autoria, daquele que toma para si o texto, que o faz existir e circular em sociedade tem um papel determinante, pois segundo Orlandi (2001, p. 79)

o nome que se põe na folha destinada à impressão autoriza, permite a multiplicação singular de um fragmento da escrita e dá a esse fragmento o estatuto de um texto: ele o mune de um autor, isto é, de uma origem e de um direito; ele o dota de uma forma canônica, isto é, de uma conformidade estável.

Por esse motivo, segundo a autora em destaque (2001, p. 85),

É impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre ela mesma, mas é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.

Na AD o texto é tratado como um objeto linguístico-histórico, por isso deve ser “considerado como o lugar material em que essa relação produz seus efeitos, apresentando-se imaginariamente como uma unidade na relação entre os sujeitos e os sentidos.” (ORLANDI, 2001, p. 87)

Nesse caso, ainda na AD, a textualização se dá na “relação com o interdiscurso que, por si só, é irrepresentável.” (Orlandi, 2001, p.87) Por isso, apenas leitura e

apreensão cognitiva da forma escrita não dá conta dos sentidos que atuam em determinado texto, pois, nesse caso, trata-se de uma análise da forma e conteúdo de modo direto, desconsiderando uma leitura profunda e contextualizada.

Sendo assim, o texto não deve ser um fim em si mesmo, não é, e não pode ser entendido, como uma unidade fechada e sempre atualizada, pois tem relação com outros textos e com a memória discursiva que os constitui. No entanto, a temporalidade pensada na Análise de Discurso “não parte da história para o texto [...] parte do texto enquanto materialidade linguístico-histórica. A temporalidade – na relação sujeito/sentido – é a temporalidade do texto.” (Orlandi, 2001, p. 88)

Por isso, na AD são os sentidos que circulam no texto que demarcam a presença e atuação da historicidade. O texto é a representação material do discurso. Sendo assim, não pode ser tratado como unidade, mas “apresenta um conjunto de relações significativas individualizadas em sua unidade.” (ORLANDI, 2001, p. 88)

Em um texto não é o autor que o significa enquanto tal, mas sim a situação existencial do mesmo, a conjuntura na qual ele se encontra. Sendo para tanto o sujeito que constrói a história por meio de textos. E nesse caso são as condições históricas e políticas que definem as decisões desse sujeito no dizer, na escrita que o afeta enquanto tal fazendo com que um texto seja aceito ou não. A memória do dizer opera em nós. Há uma anterioridade que significa o texto, a da autoria que o faz funcionar de uma maneira e não de outra.

A memória presente no texto de maneira atualizada apaga outros sentidos. Como o texto produz um efeito de unidade é preciso um deslocamento da memória discursiva para compreender este processo. Deve-se, assim, entender que em um texto não há apenas a fala do autor, há vários discursos anteriores que se organizam e o fazem funcionar enquanto tal. O autor não age sozinho. Fala de outros lugares para poder atingir seu objetivo com o texto; fala de lugares recortados e que são retomados, atualizados, por meio de enunciados ou frases.

Para Orlandi (2001, p. 91) “a função-autor realiza o imaginário da unidade e a ilusão do sujeito como origem e é a que está mais exposta às injunções sociais e históricas, à normatividade institucional.” Isso acontece porque “o sujeito de linguagem precisa de um enunciado que acaba com começo meio, progressão e fim; ele tem necessidade também de imaginar que começa ou pode começar e terminar sua fala.” (ORLANDI, 2001, p.93) O sujeito tem a ilusão de controle dos sentidos em um texto.

Capítulo II - Princípios teórico-metodológicos: apresentação da região da Jabotiana

Nesse capítulo, a partir da explanação teórica apresentada na seção anterior, na qual abordamos categorias da Análise de Discurso, Enunciação histórica e Toponímia, faremos a apresentamos da região da Jabotiana como objeto empírico e abriremos um primeiro espaço em que a apresentação do espaço de nomeação pesquisado já poderá nortear análises mais específicas, correlacionando o objeto apresentado e a teoria suscitada.

Para tanto, traçamos um percurso analítico por meio do qual organizamos as divisões constitutivas da Jabotiana em Aracaju - SE, ou seja, o espaço histórico e geográfico que demarca povoados, comunidades, bairro, conjuntos habitacionais e condomínios em formato de prédios. Essa metodologia de trabalho prioriza a separação das partes constitutivas do objeto analisado para a apresentação do *corpus*. O mesmo será analisado por meio de peças, ou materialidades escritas, em um percurso chave para análise de questões mais específicas.

Ao situar as divisões que formam a região da Jabotiana, levando-se em conta a sua heterogeneidade histórico-discursiva, procura-se compreender particularidades que marcam o lugar por meio das contradições que o significam. A análise de discurso a qual nos filiamos tem sua epistemologia alinhada ao paradigma da história e do funcionamento discursivo. Por isso, a compreensão do objeto partirá da “separação entre objeto/sujeito, exterioridade/interioridade, concreto/abstrato, origem/filiação, evolução/produção etc.” (E. ORLANDI, 1996, p. 209).

Desse modo, selecionamos e apresentamos o *corpus* da pesquisa por meio de documentos escritos. Partimos de mapas como texto (GUIMARÃES, 2002) para análise de nomes de ruas, conjuntos, povoados comunidades; enunciados presentes em fotografias, propagandas e demais registros escritos para organizar apresentar e analisar a superfície material, os textos, onde se encontra o *corpus* da pesquisa. Estes artefatos são próprios do trabalho em AD, por isso ressaltamos que esse capítulo apresenta princípios analíticos, pois a organização do *corpus* em divisões constitutivas é feita a partir da análise de textos socialmente constituídos.

Como a região da Jabotiana abriga diferentes núcleos populacionais, para compreensão de outros detalhes históricos da formação da região estudada, selecionamos e apresentamos, primeiramente, os povoados do *Aloque* e o da

Gameleira. Selecionamos esses dois povoados para análise, apesar de haver outros na região, porque além de ser o registro das regiões mais antigas da Jabotiana, são esses primeiros espaços que marcam a Jabotiana como dividida entre as novas moradias e as antigas.

Os povoados estão na região periférica da Jabotiana, por isso nos interessam, pois apresentam uma nova maneira de significar o lugar. Assim como os povoados, selecionamos para compor o *corpus* os nomes das comunidades do *Largo da Aparecida* e da *Jabotiana*. Essa seleção se deu por dois motivos, o primeiro, é que essas comunidades apresentam nomes que vão sendo destituídos ao longo da história do lugar; e o segundo motivo, é que os nomes desses aglomerados urbanos representam no primeiro, uma região marginalizada, esquecida, e a segunda, o nome de origem da região.

Outro lugar que também faz parte das divisões territoriais estudadas é o *Bairro Jabotiana*. Como se pode notar o nome do bairro é o mesmo da comunidade. A referência toponímica é a mesma, mas o significado não. Esse bairro abriga três conjuntos residenciais: Juscelino Kubitschek (JK), Santa Lúcia e Sol Nascente. Os nomes desses conjuntos representam por meio das peças estudadas um contraste decisivo entre o antigo e o novo, pois também aparecem na região da Jabotiana os *condomínios*, em formato de prédios, que fazem parte da formação urbana atual (anos 2000).

O bairro, os conjuntos e os condomínios apresentam enfrentamentos específicos, pois não somente representam o contraste urbano da Jabotiana, mas também mostram um embate entre regiões que aparentemente se homogeneízam enquanto espaço, mas são diferentes entre si. No entanto, em nossa análise priorizamos os nomes desses lugares em diferentes documentos escritos para a compreensão dos sujeitos que são afetados ideologicamente na constituição desses espaços.

Como estamos diante de um objeto em sua dispersão na cidade, o que torna o *corpus* complexo e materialmente variável na sua constituição, antes de partirmos para a descrição das partes que formam o objeto pesquisado, ou seja, a região da Jabotiana em Aracaju - SE, é preciso estabelecer um movimento analítico a partir da leitura de materialidades discursivamente constituídas, ou texto enquanto discursos.

2.1. A leitura de materialidades discursivas para análises específicas

A leitura adequada das materialidades escritas encontradas nas diversas divisões da região da Jabotiana a serem analisadas poderá possibilitar o entendimento das relações de sentido que são construídas no território. Por isso, o tratamento dos documentos, ou das materialidades históricas e geográficas, será norteado pela noção de *leitura de arquivo* de M. Pêcheux (1994). Essa noção é de suma importância, pois norteia a análise de questões discursivas presentes na memória constitutiva de textos que reproduzem a nomeação local.

No texto “ler o arquivo hoje” publicado em *Gestos de leitura: da história no discurso* (1994, p. 55-64), M. Pêcheux lança um debate em torno da “análise dos discursos, textos e arquivos”. O autor apresenta uma leitura de arquivo visando à análise dos procedimentos de leitura e seu aspecto matematizado, informatizado, ou seja, automático, advindos do método positivista de separação das culturas literária e científica, que acabam fechando os discursos em procedimentos de leitura isolados.

O debate gira em torno da questão dos bancos de dados e do tratamento que deve ser dado aos documentos escritos. Pêcheux explica que o domínio das ciências que se utilizam de métodos quantitativos, ou análise de dados textuais, trabalham “de maneira que este domínio, o qual será conveniente aqui chamarmos discurso textual, é o lugar em potencial de um confronto violentamente contraditório.” (M. PÊCHEUX, 1994, p.56)

Esse resquício do método de leitura aplicado na era clássica parece ter promovido um distanciamento entre duas culturas, a literária e a científica. Pêcheux explica, nesse sentido, que há um abismo entre essas culturas que vem desde a Era Clássica: “essas duas culturas não pararam de se distanciar uma da outra, veiculando, cada uma, não somente suas esperanças e ilusões, como também suas manias e seus tabus”. (1994, p.56)

Segundo Pêcheux, desde o advento do positivismo (séc. XVIII – XX), essas culturas vêm se distanciando de maneira que elas cresceram quase que na ignorância da existência de uma e outra.

Por tradição, os profissionais da leitura de arquivos são “literatos” (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada uma delas sua própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos. (PÊCHEUX, 1994, P.56)

Percebe-se que como os profissionais da leitura de arquivo trabalhavam no estranhamento existencial das razões e do mundo que influenciam nessas ciências, fazendo uso de um método de leitura de partes separadas, não priorizam relações de sentido nem de filiação com o mundo que as constitui, continuam produzindo desconhecimentos.

Pêcheux faz uma crítica à linguística formal. Essa crítica, que reclama, a nosso ver, uma relação interdisciplinar entre as ciências humanas, também recai sobre o método de trabalho de historiadores, ou leitores de arquivos, que isoladamente se propunham ao trabalho de “decifrar” textos:

Foi assim que - frequentemente em torno de nomes próprios fundadores – em torno dos arquivos textuais, sugeriram posições implícitas (de grupos, de escolas, e até “igrejinhas”) que se acotovelam numa relação ambígua de concorrência, de alianças parciais e de antagonismos disfarçados. (PÊCHEUX, 1994, P.56)

Essas posições, segundo nossa compreensão, revelam que a leitura se dá de modo isolado não enfrentando as contradições e as relações de sentido que recobrem as materialidades escritas. Ao isolá-las enquanto arquivos, cada ciência cria suas próprias contradições, projetando cada vez mais um estudo que se distancia das reais questões, criando métodos de leitura que não abarcam relações maiores.

Como não queremos fazer uma leitura isolada das peças que formam a região da Jabotiana, o que como vemos não levaria a uma leitura real dos das contradições presentes nessas materialidades, observamos que Pêcheux (1994, p.56-57) deixa claro que nos grandes debates filosóficos ou literários, as questões em torno da leitura permaneceram sempre executadas de maneira implícita.

No entanto, no texto aqui utilizado como referência, o autor deixa claro que os conflitos explícitos revelam maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o arquivo entendido no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão. Em torno da leitura do arquivo, Pêcheux (1994, p.57) explica que

Seria do maior interesse reconstituir a história deste sistema diferencial dos gestos de leitura subjacentes, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura “espontânea” reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam estas leituras, mergulhando a

“leitura literal” (enquanto apreensão-do-documento) numa “leitura” interpretativa - que já é uma escritura. Assim começaria a se construir um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma.

Outra vertente da leitura de arquivo apresentada por Pêcheux (1994, p.57), “- tem aderências históricas completamente diferentes: trata-se deste enorme trabalho anônimo fastidioso mas necessário, através do qual os aparelhos de poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva.”

Pêcheux explica que desde a idade média em meio aos clérigos e seus copistas, entre os quais os não autorizados a identificar os seus trabalhos com os seus nomes, pois não faziam parte dos “denominadores” oficializados, acabavam constituindo uma leitura “impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega.” (1994, p.57)

Aquele que nomeia o espaço escrito, que trabalha na construção material para a sua existência, nem sempre é revelado. Por isso, na divisão social do trabalho de leitura, visível no discurso informatizado e, que segundo o autor aqui estudado, funda-se na separação entre o “literário” e o “científico”, “o risco é simplesmente o de um policiamento dos enunciados, de uma normalização asséptica da leitura e do pensamento e de um apagamento seletivo da memória histórica.” (Pêcheux, 1994, p.60)

Sendo assim, o trabalho de análise e construção do *corpus*, onde o gesto de ler e demarcar fatos a respeito do objeto deve ser priorizado, são da maior importância para o entendimento de questões a serem estudadas em torno do mesmo. Para entender as reais questões discursivas presentes na espacialidade de uma região estudada, é preciso considerar como reflexão teórica a leitura de arquivo proposta em Pêcheux (1994, p.63): “a discursividade como inscrição de efeitos de sentidos linguísticos materiais na história.”

Desse modo, consideramos, metodologicamente, a leitura de discursos nos nomes de lugares, inscritos em materialidades discursivas e no território nomeado. Para entender como os mesmos atuam “ideologicamente” é preciso uma leitura que leve a um trabalho específico dos dados enquanto discursos. Por isso, na apresentação e análise das regiões que formam o território da Jabotiana priorizamos a leitura de materialidades discursivas presentes na história constitutiva do lugar.

2.2. Região da Jabotiana²

Essa região será apresentada por meio dos fatores geográficos, urbanísticos, toponímicos e históricos. Essas informações fazem parte da descrição do que estamos classificando como região da Jabotiana. Essa divisão, parte central do território pesquisado, encontra-se no Mapa de Aracaju (2004). Outros fatores são apresentados a partir de textos de divulgação e fontes históricas.

Como estamos trabalhando também com conceitos interdisciplinares, lugar comum na análise de discurso, para que fique claro o que vem a ser uma região geograficamente falando, começemos por situar o conceito. Segundo Paulo Cesar Gomes em *Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro* (1995, p. 57)

A região [segundo esta definição] é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico. Ao geógrafo cabe desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável por sua configuração.

Tendo em vista o conceito apresentado, o que nos ajuda a operacionalizar o espaço pesquisado, em relação aos fatores geográficos, a região da Jabotiana, que nasceu em um ambiente ruralista fortemente ligada ao território da cidade de São Cristóvão³, está localizada “na zona oeste de Aracaju, faz fronteira, ao norte, com o Capucho; ao sul com o São Conrado; ao leste com o Inácio Barbosa e o Ponto Novo; e ao oeste com o município de São Cristóvão.” (MELO, 2008, p. 01)⁴ Por conta da localização, o lugar acaba sendo um ponto estratégico da cidade, dá acesso a quase todas as outras regiões, inclusive à “grande Aracaju”.

Margeada pelo Rio Poxim, importante afluente do Rio Sergipe, a região da Jabotiana possui uma extensa área de mata e manguezais. Nesse ambiente há sítios e antigas estradas construídas para dar acesso a pequenos povoados. O território em que a região foi estabelecida também possui uma forte ligação com nome do lugar. A origem

² Mapa do território onde se situa a Jabotiana no anexo A- Mapas.

³ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju – Diagnóstico Municipal. Prefeitura municipal de Aracaju. Disponível em: < <http://aracaju.se.gov.br/userfiles/plano-diretor-vpreliminar-jul2015/CAPITULO-III-DINAMICA-URBANA.pdf>. > Acesso em: 03 Fev. 2016.

⁴ Informações coletadas no artigo “Jabotiana: o último bairro verde de Aracaju” (Aracaju: Cinform, 18 a 24 de fevereiro de 2008. Ed. 1297. Cad. 01. p. 02.), escrito por Antônio Wanderley de Melo, professor de História das redes municipal (SEMED/PMA) e estadual (SEED), também educador do Centro Sergipano de Educação Popular – CESEP.

do topônimo Jabotiana vem de *yá - ú - ti* [jaboti]: animal que não bebe, cágado + ana [ou rana]: semelhante = parecido com o cágado⁵.

Além de possuir uma área rural, na qual se encontram povoados e comunidades, a região abriga conjuntos habitacionais e também condomínios em formato de prédios. Essa divisão carrega particularidades em sua constituição, pois a organização e as mudanças no território marcam um momento específico na história local: o estabelecimento do novo, construções prediais, em contraposição ao antigo, povoados, comunidades e residências de “pequeno porte” em conjuntos habitacionais.

Para além dos detalhes geográficos, por meio dessas divisões no território da Jabotiana o lugar vai sendo formado e ao mesmo tempo modificado. Há uma movimentação na história desse lugar que inclui e ao mesmo tempo exclui localidades ano a ano. Por conta disso, a história da Jabotiana vai sendo modificada de modo contraditório. Pois, à medida que se inclui novos espaços, condomínios, por exemplo, outros lugares são apagados ou deslocados da sua real constituição.

Essas modificações no território da Jabotiana promovidas pelo órgão administrativo, ou seja, o estado projetam sentidos e enfrentamentos no território da Jabotiana pela relação de pertencimento e não pertencimento por meio da própria história que os faz significar. Para entender esse processo tomemos a noção de enunciação e acontecimento (E. GUIMARÃES, 2002).

Guimarães (2002, p.12) explica que “o acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer.” O autor analisa a constituição histórica do sentido, memória do dizer, partindo do enunciado enquanto acontecimento histórico de linguagem. Situando melhor a questão do acontecimento, todo acontecimento de linguagem projeta um futuro em si mesmo, significando-o enquanto tal “recorta um passado como memorável.”

Por isso a leitura de discursos que atuam na Jabotiana em torno dos fatos apresentados não deve ser feita de modo literal, pois a história de sua formação, a região onde se encontra e o nome do lugar, é sempre uma atualização por meio da temporalidade. O nome que figura as regiões que aparecem na Jabotiana são sempre atualizações feitas por um sujeito subjetivo, o sujeito da administração pública.

⁵ “segundo Armindo Guaraná (em *Etymologia de Nomes da Língua Tupi na Geografia do Estado de Sergipe*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Volume 03. No ano de 1916. Pg. 310)” Melo (2008, p. 01)

2.2.1. O mapa como texto: dispositivo teórico para análise das regiões constitutivas da Jabotiana

Para a análise de mapas que situam as divisões constitutivas do território da Jabotiana, retomamos como ponto de partida o debate sobre o político, ou administração pública, e sua intervenção no território nomeado. Em Guimarães (2002, p.16), o político “é caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos.”

O território da Jabotiana é significado pela ação do político. Por isso, ao mesmo tempo em que surge um território sempre atualizado na história, outros lugares são apagados ou deslocados. Sendo assim, por meio do *modus operandi* do político, ou da política, que estabelece as regiões da Jabotiana de modo contraditório, o político também se estabelece na contradição que o constitui. Ele é representante da ação homogeneizadora pela linguagem que dita uma relação de pertencimento de todos ao mesmo tempo em que os exclui.

No espaço de enunciação, tomando o político enquanto ação desigual de pertencimento, Eduardo Guimarães (p.18) afirma que “a língua é dividida pelo político e torna-se assim a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos.” Sendo assim, a divisão ocorre porque “o locutor, ao desconhecer que fala de um lugar social, desconhece que seus lugares de fala foram divididos e interditados.” (p.22)

Por conta dessa caracterização do político, Guimarães (2002, p. idem) apresenta “o espaço de enunciação é assim decisivo para se tornar a enunciação como uma prática política e não individual ou subjetiva.” Já que as palavras acontecem em “cenas enunciativas”, no espaço de enunciação, a cena enunciativa é um ponto importante nessa análise, pois acaba fornecendo um espaço em que a enunciação se realiza numa discursividade.

Os sentidos que são estabelecidos por meio do discurso do sujeito subjetivo, ou administrativo, acontecem no território da Jabotiana, por meio dos nomes de lugares, sem que se percebam as relações estabelecidas. E assim, à medida que a história vai projetando as diferenças no território nomeado, os lugares vão sendo redistribuídos de maneira desigual, na contradição. Mas essa contradição ocorre reescrevendo o lugar de várias maneiras na história local.

O estudo dos mapas das regiões constitutivas da Jabotiana fornece uma compreensão desse movimento discursivo que apaga e inclui ao mesmo tempo. O

conceito de mapa como texto apresentada em Guimarães (2002, p.59) “tomar o mapa como texto é considerá-lo como linguagem, sentido.” Como todo e qualquer texto, o mapa é compreendido como linguagem significativa, mas, antes disso, ele é um acontecimento de linguagem, pois “instala uma temporalidade”. O mapa é um acontecimento de linguagem, presente e futuro incontornáveis, “por outro lado este presente e futuro, próprios do acontecimento, funcionam por um memorável que os faz significar.” (Guimarães, 2002, p.60)

Esse memorável é o que possibilita o domínio dos sentidos que circulam e projetam o lugar nomeado em um texto como mapa. Por exemplo, nomes dos povoados, comunidade, conjuntos, bairro, ruas; podem ser compreendidos enquanto discursos porque a materialidade discursiva, o mapa, significa uma superfície textual materialmente específica, na qual temos o domínio desses sentidos, mas não da história que os significam.

Por isso, o texto do mapa precisa ser analisado como parte de um todo que foi recortado; como um espaço que leva sempre a outros, sendo que nesse espaço há sempre uma construção da história do território. Para melhor compreensão, Guimarães (2002, p. 60) entende que “o mapa, tomado como acontecimento, contém, então, uma latência de futuro. Ou seja, o mapa não pode ser mapa, caminho para a relação com o mundo, sem esta futuridade.”

Os espaços de um texto devem levar a essa compreensão de que a futuridade é dada pela relação do objeto com o mundo, pois o texto só tem significado enquanto espaços demarcados discursivamente.

O sentido do mapa não se dá como descrição de uma cidade, nem como narração de sua história, ele se dá, diríamos, no sempre depois de seu presente, como instrução semântica. Portanto como algo que não indica diretamente o mundo, e precisa ser compreendido em si mesmo para que possa funcionar. (Guimarães, 2002, p.60)

Desse modo, o estudo do mapa, da maneira que está sendo tomado aqui, deve levar a compreensão dos lugares de diferença no próprio texto/mapa. Por isso, a análise das regiões que constituem a Jabotiana, parte do mapa enquanto instrução, mas também como descrição de uma realidade que não deve ser tomada de modo aparente, pois estaríamos fazendo uma leitura não de discursos, mas sim apenas de referência em sua superficialidade.

Os lugares de diferença em um texto, no mapa, projetam sempre novos e antigos nomes a partir da referência já estabelecida, dessa maneira esses sentidos são notados a partir da leitura e análise de mapas primeiramente em caráter instrutivo. Para Guimarães (2002, p.60), Mapa como instrução é assim definido:

Como descrição de uma cidade um mapa seria uma imitação grosseira. Como narração, contaria uma história de épocas diferentes como sucessões que se projetaram em contiguidades progressivas. E só. Como instrução, não sendo nem uma coisa nem outra, ele é sentido que pode nos dizer mais, tanto do retrato como da história da cidade, do que se fosse diretamente descrição e narração.

Portanto, lendo o mapa como texto instrutivo, apresentamos materialidades presente no mapa do bairro Jabotiana. O que devemos levar em consideração é, efetivamente, a nomeação encontrada no mapa como contraponto do território que ela ocupa. Assim, analisamos nomes das regiões que situam e organizam a região da Jabotiana para a leitura de discursos implicados nesse processo.

Desse modo, é possível chegar ao estudo da palavra tomando como base um antes e um depois, próprio do acontecimento. Com isso, é possível, também, pensar como estas marcas gráficas, que são parte do espaço de linguagem, formam o traçado nos espaços do território da Jabotiana mapeados para delimitar o espaço nomeado, mas como acesso ao mundo que pertence não só ao lugar em si, nem apenas a região da Jabotiana, mas decisivamente como parte da cidade de Aracaju.

Para tanto, façamos a apresentação desses espaços constitutivos da Jabotiana e encaminhemos análises específicas dos discursos que a constitui e os sujeitos afetados nesse processo. Faremos, nesse caso, uma apresentação dos espaços que situam a região por meio de seleção de apenas dois de cada um desses lugares. Fizemos essa seleção porque como estamos trabalhando com materialidades discursivas complexas, que mudam a cada dia, não daríamos conta de apresentar todos essa movimentação de sentidos em todos os locais da Jabotiana.

Por isso a solução foi restringir a análise por meio das peças que iremos apresentar. Esperamos poder demonstrar por meio das mesmas um modelo de regionalização presente em todo o território analisado. Outras peças poderiam aparecer na análise, no entanto, nesse espaço, essa seleção nos parece dar conta do trabalho, nesse momento.

2.3. Povoados e Comunidades

Povoado e comunidade são conceitos que carregam em suas próprias acepções sentidos que os projetam de maneira específica no ambiente onde os mesmos se localizam. A movimentação de sentidos nesses lugares afeta diretamente a memória discursiva que os constitui, pois os nomes que os identificam possuem uma “temporalidade específica.” (GUIMARÃES, 2002) Sendo assim, os discursos produzidos pela temporalidade estabelecida pelo político, ou a administração pública devem ser objeto de análise, pois projetam uma memória do dizer que significa os povoados e comunidades de maneira específica.

Primeiramente, apresentamos o conceito de povoado de acordo com o que são esses *aglomerados urbanos*⁶. Entende-se por povoado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷,

Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou, mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela.

Assim, é preciso entender os efeitos de sentido advindos da constituição do nome próprio de lugar como referência direta ao local, “aglomerado rural isolado”. No entanto, os nomes e as divisões que demarcam os povoados na Jabotiana são estabelecidos pela administração pública, por isso a análise desses locais dar-se-á enquanto objetos empíricos, mas também discursivos. Através da leitura de materialidades presentes em mapas como textos, a análise deve favorecer a compreensão de sentidos que circulam nos nomes de lugares e como os sujeitos implicados nesse processo significam esses lugares.

⁶ “Área como tal delimitada em plano municipal de ordenamento do território ou, na ausência de delimitação, o núcleo de edificações autorizadas e respectiva área envolvente, possuindo vias públicas pavimentadas e que seja servido por rede de abastecimento domiciliário de água e de drenagem de esgotos, sendo o seu perímetro definido pelos pontos distanciados 50 m das vias públicas onde terminam aquelas infraestruturas urbanísticas.” Conceito disponível em <<http://www.engenhariacivil.com/dicionario/aglomerado-urbano>> Acesso: 05 /03/2016.

⁷ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html> Acesso: 05 /03/2016.

2.3.1. O Povoado do Aloque

A extensão territorial desse povoado é dividida entre as cidades de Aracaju e São Cristóvão. Por conta disso, as residências do mesmo aparecem no mapa do município de Aracaju (2004) ao longo de uma estrada que atravessa as duas regiões. Esse local encontra-se afastado das novas residências da Jabotiana e representa uma parte significativa da área rural dessa região. Para maiores detalhes, vejamos a seguir o recorte do mapa onde encontramos o nome e a localização da estrada que leva ao povoado.



Figura 1 – Estrada que leva ao povoado Aloque.
Fonte: Mapa do município de Aracaju, 2004.

Esse aglomerado rural faz parte de uma região, como vemos no mapa, afastada da parte urbana da Jabotiana. Esse povoado, apesar de distanciado, influencia em outros aspectos na constituição do novo momento da região. Estamos falando do processo de urbanização que avança rapidamente, promovendo consequências como a mudança do aspecto rural: “a mata do Aloque e a vegetação do entorno da lagoa Rio Doce vêm encolhendo devido a aterros e depósitos de cascalhos feitos por moradores desavisados ou mal intencionados.”⁸ A memória interdiscursiva atua de maneira definitiva nesse

⁸ Disponível em <<http://jabotianaviva.blogspot.com.br/2011/01/o-verde-e-as-aguas-do-bairro-jabotiana.html>>. Acesso: 23/03/2016.

discurso presente no mapa possui uma temporalidade específica: a temporalidade do acontecimento (GUIMARÃES, 2002).

Nessa temporalidade o sujeito é afetado pelo acontecimento que temporaliza o discurso por meio do administrativo. Desse modo, no acontecimento presente no mapa, nos nomes do povoado funciona como rememoração textual, por isso, o sujeito afetado pelo discurso presente no mapa “não fala no presente [...], pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso [...]. Falar é estar nessa memória, portanto não é estar no tempo.” (GUIMARÃES, 2002, p.14) O discurso que movimenta os sentidos no mapa, que apaga, reescreve e rememora determinados nomes, faz com que outros sentidos sejam apagados.

2.3.3. Comunidade do Largo da Aparecida

Comunidade é classificada como “um grupo local, de tamanho variável, integrado por pessoas que ocupam um território geograficamente definido e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica” ou “Comunidade é um agrupamento de pessoas que vivem dentro de uma mesma área geográfica, rural ou urbana, unidas por interesses comuns e que participam das condições gerais de vida.”⁹

Para compreendermos os aspectos fundamentais e essenciais do conceito, resgatamos alguns breves aportes das contribuições teóricas de pensadores clássicos, como Max Weber (1973:140-143), para quem a comunidade é um conceito amplo que abrange situações heterogêneas, mas que, ao mesmo tempo, apoia-se em fundamentos afetivos, emotivos e tradicionais. O autor (1973:140) chama de comunidade ‘uma relação social quando a atitude na ação social – no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo.’ (PERUZZO E VOLPATO, 2009, p.141)

As Comunidades fazem parte de áreas periféricas da região, por isso dividem espaço com os demais aglomerados residenciais que vão aparecendo aos poucos desde o surgimento da Jabotiana. A Comunidade do Largo da Aparecida está localizada nas proximidades da Avenida Tancredo Neves e do conjunto Sol. Essa localização nos mostra que comunidade acaba sendo qualificada como diferente de conjunto ou bairro, tanto pelo nome, quanto pelo lugar onde se encontra. No mapa abaixo, podemos

⁹ Disponível em < <http://www.significados.com.br/comunidade/> > Acesso em: 05/03/2016.

perceber que o espaço onde se encontra a comunidade se afasta da região classificada como urbana, da cidade.



Figura 04 – Localização no mapa da C. do largo da Aparecida
Fonte: Mapa de Aracaju, (S/data).

Nesse caso, a comunidade do Largo da Aparecida vai se afastando do espaço em que se encontram as residências da Jabotiana. Essa comunidade, sendo parte do espaço que conhecemos como a antiga Jabotiana, revela a memória discursiva que afeta os sujeitos inscrevendo-os na nomeação presente no mapa, desse modo projeta o lugar de maneira particularizada.

O discurso que urbaniza é o mesmo que apaga, pois a administração pública, ao definir o local onde se encontra a comunidade atua “pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos.” (GUIMARÃES, 2002, p. 16) Por se tratar de uma região menos favorecida, a Comunidade do Largo da Aparecida parece se afastar do que é conhecido como Jabotiana.

2.3.4. Comunidade da Jabotiana

Essa localidade, que possui registro em mapa ou em imagens na internet, está localizada nas proximidades da estrada da Jabotiana. É também, assim como a Comunidade do Largo da Aparecida, uma região periférica. Encontra-se nas proximidades do rio Poxim, nas margens do mesmo, onde se localizam, atualmente,

casebres que dividem espaço com novos imóveis, como se vê na fotografia e no recorte do mapa do município de Aracaju:



Figura 05 - Fotografia da Comunidade Jabotiana
Fonte: Mapaworld, 2016¹⁰



Figura 06 – Mapa da Estrada da C. Jabotiana
Fonte: Mapa de Aracaju, 2004

Nesse caso, pode-se notar que o espaço conhecido como Comunidade da Jabotiana vai sendo tomado pelas novas residências, mas o enunciado, o nome próprio do lugar, vai sendo textualizado de outras maneiras, interdiscursivamente. A temporalidade pode promover sentidos de maneira adversa. Pois, “num acontecimento em que certo nome funciona a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas.” (GUIMARÃES, 2002, 27)

Por isso, “é fundamental observar como o nome está relacionado pela textualidade com outros nomes ali funcionando sob a aparência da substituíbilidade.” (GUIMARÃES, 2002, 27) O nome do local que possui uma referência direta ao ambiente onde o mesmo se encontra, parece sofrer uma substituição da região rural da comunidade, pela urbana.

Essa aparente substituíbilidade pode esconde ou camuflar um processo bem maior:

Aloque e o Largo da Aparecida. Essas comunidades instaladas em uma área onde o solo é bastante valorizado, a tendência é também desaparecerem [...], Já que os moradores recebem boas ofertas por seus imóveis (terrenos), vende-os e migram para outros bairros mais pobres. (MELO, 2008, p.01)

Nesse processo, parece haver um “silenciamento de vozes”. Esse silenciamento pode promover o desaparecimento definitivo do nome da comunidade e retomá-la diretamente apenas como referência ao local, deixando de lado a sua memória constitutiva, que vai aparecer textualizada interdiscursivamente.

2.4.1. O bairro Jabotiana: conjuntos habitacionais / condomínios residenciais

Segundo Amos Rapoport (1978, págs. 155-163), no livro *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana*, “Os bairros existem quando as dimensões físicas e sociais coincidem, quando há um esquema sócio-espacial significativo para as pessoas que notam seus limites, que por sua vez podem ser claros ou difusos”. Outra definição que aqui apresentamos é a de João Batista Pacheco (p.01)¹⁰

Considerando-se que o bairro se constitui como um lugar normalmente residencial e segregado e, por extensão, voltado ao atendimento imediato das necessidades urbanas das suas comunidades, é geograficamente representativo da cidade, pois é a principal forma de reprodução do espaço urbano total, de vez que o espaço urbano é segmentado e desigual, porém, articulado. Atrela-se à dinâmica de relações topológica, regional/nacional e planetária, e a sua compreensão ampla se faz apoiada nos paradigmas de sustentação da ciência geográfica, distintos, mas não excludentes.

O espaço de um bairro não é apenas geográfico, pois representa a dinâmica particular da vida na cidade e dos habitantes. O bairro Jabotiana possui organização urbana estabelecida por meio de conjuntos habitacionais. O mesmo foi dividido em três regiões específicas, as quais se situam entre o território da cidade de São Cristóvão e de Aracaju. Essas regiões são divididas também pelo Rio Poxim e pela zona de mata e manguezais.

Segundo o Diagnóstico Municipal da prefeitura de Aracaju, capítulo III- Dinâmica Urbana (2015), produzido a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU, 2010), o crescimento da cidade, afastando-se dos bairros mais antigos, teve início na década de 60, momento em que “criou-se a Companhia de Habitação – COHAB - que, por meio de financiamentos do Banco Nacional da Habitação – BNH - passou a construir conjuntos habitacionais.” (p. 06)

Desse ponto de partida, Aracaju ganha novos contornos urbanos. No ano de 1982, segundo diagnóstico municipal aqui citado, a prefeitura de Aracaju estabeleceu uma divisão de bairros afastando-se do centro da cidade e que permanece até agora: “o município foi então dividido em Zona Urbana e de Expansão Urbana.” (p.07) Essa nova

¹⁰ Disponível em: <http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/capas_detalhes.php?id=9> acesso em: 05/03/2016.

formatação favorecia o controle de arrendamento e apropriação do espaço que, devido ao crescimento populacional, começava a se expandir para outras áreas da capital.

Sobre os conjuntos habitacionais da Jabotiana que apareceram nessa época, o diagnóstico municipal da prefeitura de Aracaju (2015, p.42) apresenta a seguinte informação:

Dois fatos marcantes no processo de urbanização do bairro Jabotiana são a criação do conjunto habitacional Sol Nascente (antigo Conjunto Residencial Presidente Manoel Dantas), em 1982 construído pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP). Em 1982 também foi criado o Parque Residencial Presidente Juscelino Kubitschek (JK), também construído pela INOCOOP, às margens da Avenida 31 de março ao lado do conjunto Residencial Manoel Dantas, atual Conjunto Sol Nascente. Estes dois conjuntos foram responsáveis pela consolidação e dinamização do bairro Jabotiana.

Entretanto, a formatação tradicional resistiu apenas alguns anos. Mais tarde, no início dos anos 2000, percebe-se que Aracaju havia avançado pelos mangues e consolidado várias edificações em lotes particulares. A cidade começava a se verticalizar e por isso “este processo irá se disseminar por algumas zonas específicas da cidade.” (p. 15)

Com o processo de urbanização da Jabotiana foram surgindo novos aglomerados urbanos. No bairro Jabotiana, que já possuía os conjuntos habitacionais: Sol Nascente, o conjunto Juscelino Kubitschek (JK) e o conjunto Santa Lúcia, construído no início dos anos 90, surge o processo de urbanização mais recente que está em torno dos condomínios em formato de prédios.

O processo de expansão vai adentrando a cidade e criando novos conjuntos residenciais e também investimentos imobiliários promovidos pela iniciativa privada.

Os condomínios residenciais fechados avançam pela zona de expansão urbana consolidando uma nova morfologia paralela. [...] os avanços de adensamentos nas regiões periféricas e menos favorecidas pela infraestrutura urbana. [...] A cidade informal cresce conjuntamente com a cidade formal gerando sérios problemas ambientais e apropriação de zonas não condizentes para utilização do solo. (ARACAJU, 2015, p.16)

Em 2005, alicerçados pelo programa PAR (Programa de Arrendamento Residencial) e pelo PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida), os condomínios vêm

modificando a paisagem: “nesta lógica de ocupação do solo evidencia-se no Jabotiana uma descontinuidade no tecido urbano, ocasionada por suas partes ocupadas em meio a zonas agrícolas.” (p.41) Por isso, “nos últimos anos e principalmente a partir de 2000, inicia-se no Jabotiana um processo de reestruturação urbana alavancada pelos programas habitacionais.” (ARACAJU, 2015, p.43)

Esse processo, apresentado no Diagnóstico municipal da prefeitura de Aracaju (2015), teve início nos anos 2000, quando os primeiros condomínios foram financiados e construídos por empresas ligadas ao PAR (Programa de Arrendamento Residencial). Desde então, os condomínios vem aparecendo ao lado das antigas residências dos conjuntos habitacionais, dos povoados e das comunidades na Jabotiana em número cada vez maior.

A partir desse momento começa-se o interesse das construtoras do ramo imobiliário. Esse processo faz com que o bairro fique dividido: antes, havia apenas residências, podia-se enxergar uma vasta extensão de mata preservada e um território bastante diferente dos demais locais de Aracaju. Depois, o Jabotiana ficou dividido entre as antigas construções residenciais e as recentes moradias em formato de condomínios.

O processo de urbanização mostra uma divisão histórica entre o antigo Bairro Jabotiana e o novo. A temporalidade da enunciação encontra-se implicada, pois mesmo que o espaço do Bairro seja geograficamente representativo da cidade, e principal forma de reprodução do espaço urbano total, segmentado e desigual, porém, articulado, a constituição memorial do bairro é a da enunciação e do interdiscurso que transforma os acontecimentos no bairro em cenas históricas criadas e modificadas pelo sujeito numa sempre atualização.

No entanto, “não é o sujeito que temporaliza o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem.” (GUIMARÃES, 2002, p.12) é tomado por “ilusão referencial”, pois “o acontecimento instala sua própria temporalidade.” (p. idem) Portanto, o memorável é determinado pela posição do sujeito no interdiscurso. Sendo assim, essa divisão do real, o antigo e o novo no Bairro, são espaços de enunciação. “São espaços [...] de funcionamento de línguas que se dividem, redividem, se misturam desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer.” (GUIMARÃES, 2002, p.18)

2.4.2. Nomes de ruas no mapa como texto

Para exemplificar esse funcionamento discursivo no espaço de enunciação, tomemos os nomes de ruas do Jabotiana presentes no mapa como texto. Segundo Eduardo Guimarães (2002, p. 43), “tomar o mapa como *corpus* permite tomar também, a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano.” Para entender o que significa os nomes de ruas, como espaços de enunciação historicamente determinados, no Bairro Jabotiana, recorreu-se a análise de alguns nomes de ruas presentes no mapa do Bairro, a partir do recorte a seguir.



Figura 07 – Localização do Bairro Jabotiana.

Fonte: Mapa de Aracaju (s/data)¹¹

Com a análise dos diferentes nomes de ruas que aparecem no mapa, relacionamos mais de perto os sentidos que de um documento a outro do mapa vão apagando ou deslocando outros sentidos anteriores. Entendemos os nomes de ruas

¹¹ No anexo – A, desse trabalho, pode-se fazer a visualização completa do mapa.

apresentados no mapa como registros próprios do estudo da linguagem, pois tratam do histórico da nomeação feita por um locutor que se utiliza do lugar para significar uma origem, nesse caso, o da administração pública.

Guimarães (2002, p.60) afirma que “um mapa, por mais que ele se dê como descrição de um espaço, é antes uma indicação de acessos ao mundo do que uma descrição.” Devemos considerar aqui que o étimo, uma intenção etimológica, numa enunciação em nomes de ruas, em um mapa como texto discursivo, funciona como indica Guimarães, enquanto disparidade temporal do acontecimento por meio do locutor que enuncia. “Considerando a disparidade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento, se esta enunciação é a enunciação de um étimo, ela é fundamentalmente, uma enunciação já sobre um esquecimento do étimo.” (P. 61) Sendo assim, a intensão etimológica na escolha de determinado nome para compor o nome de rua já determina o esquecimento de outros nomes.

Mas esse esquecimento representa outra ação bem mais ampla. “O nome para sempre, interpretado segundo a temporalidade que se instala com a nomeação que abre todas as enunciações de nomes de rua, conta uma história bem mais complexa.” (Guimarães, 2002, p. 62)

Em torno dessa última constatação, destacam-se alguns detalhes no mapa do bairro Jabotiana. Percebemos que os nomes das ruas¹² são em sua grande maioria de orientação masculina, muitos deles de autoridades, como: “Rua Dr. Joaquim R. Chaves”, “Rua Promotor João Maynard Barreto”, “Rua Sgto. Helles Nunes de Oliveira”, “Rua Prom. Alisson Porto”, “Rua Major João Teles”.

Além desses nomes, em número reduzido, aparecem nomes de orientação feminina, como: “Rua Moizete Leite”, “Rua Jovina Santana”, “Rua Maria do Carmo A. Costa”, “Rua Maria Hortência Carvalho sobral”, “Rua Ana Cristina M. Silva”; “Rua Professora Maria e Lima Tavares”. Esses detalhes nos mostram que há diferentes sentidos funcionando no espaço onde se encontra a Jabotiana. Por isso, a história do Bairro vai sendo atravessada por personagens desconhecidos ou apagados ao longo de sua história. Essas relações de sentido nos nomes de ruas são fundadas por Locutores que modificam a história do local de maneira particularizada. Esse fato faz com haja um apagamento e ao mesmo tempo uma sobreposição de nomes continuamente.

¹² Lista completa dos nomes de ruas no anexo B

2.4.3. Propagandas de condomínios: o texto como unidade e dispersão

Nessa parte do trabalho, deixamos a análise do mapa como texto e passamos a análise do texto como unidade e dispersão concentrando-nos no sujeito e não mais no Locutor, pois, nesse caso, estamos na Análise do Discurso propriamente dita. Para tanto, selecionamos para análise duas propagandas em formato de texto. As mesmas fazem a divulgação de condomínios a serem construídos na região da Jabotiana. Essas propagandas representam uma maneira bastante peculiar de significar a região da Jabotiana em seus sites de divulgação. Em nosso caso, interessa-nos, como vem sendo feito ao longo da pesquisa, os sentidos advindos desse processo. Mas antes, passemos a compreensão do objeto teórico que norteia essa parte do nosso trabalho.

No texto *Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito* (1988) Eni Orlandi e Eduardo Guimarães apontam questões fundamentais presentes na Análise do Discurso para o trabalho com textos. Nesse trabalho, os autores mostram que na análise de um texto deve-se priorizar mais que a leitura e a interpretação. Para tanto, procuram compreender relações de sentido provenientes da heterogeneidade do sujeito e do discurso como efeitos ideológicos como dispersão, unidade e textualidade em torno de formações discursivas.

Os autores apresentam como questão fundamental que “a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea, isto é, ele ocupa várias posições no texto.” Esse fato está presente nas diversas análises em torno da AD para o estudo do texto, pois nessa vertente de estudo o que interessa não é a leitura de fatos isolados, e sim como a ideologia influencia a produção dos discursos presentes em um texto e como o sujeito sendo heterogêneo é afetado por esses discursos.

O sujeito sendo afetado pela ideologia que o faz atuar de diferentes maneiras, em diferentes momentos de determinado texto, é também tomado por uma dispersão de sentidos presentes nesse mesmo texto. Nesse caso, os autores comentam que “podemos então dizer que o discurso é caracterizado duplamente pela dispersão: a dos textos e a do sujeito.” (p.53) Essa dispersão é o ponto chave, pois a sua interferência nas relações de sentido, em materialidades textuais diversas, acontecem de maneira suspensa, muitas vezes imperceptível, o que promove o não esclarecimento da ideológica que a faz funcionar.

Por conta da dispersão “em um mesmo texto podemos encontrar enunciados de discursos diversos, que derivam de várias formações discursivas.” (ORLANDI &

GUIMARÃES, 1988, p.54) Esses vários discursos advindo de formações discursivas diversas, funcionam como falsa unidade de sentido, provida no sujeito e no texto. Devemos assim compreender, de acordo com Orlandi & Guimarães (1988, p.54), que a “constituição do texto, do ponto de vista da ideologia, não é homogênea. O que é previsível, já que a ideologia não é uma máquina lógica, sem descontinuidades, contradições etc. É isto que as diferentes posições do sujeito representam no texto.”

Por isso, para entender as diferentes posições do sujeito em um texto, os autores sugerem que o exame dos discursos que determinam e predominam em determinado escrito seja feito como “regularidade de uma prática”. Desse modo, Orlandi e Guimarães (1988, p.55) apresentam que em um texto

A unidade do discurso não está na coerência visível.[...] Para caracterizar um discurso é menos importante (e possível) remeter a um conjunto de textos efetivos do que a um conjunto virtual, o dos enunciados produzíveis conforme as coerções da formação discursiva.

A produção do sujeito e do sentido deve assim priorizar o fato de que “o discurso não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar sua regularidade não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção.” (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p.55) O discurso deve ser analisado em sua materialidade histórica, em sua constituição que atravessa os sujeitos, a ideologia e os sentidos provenientes dessas relações e por meio das formações discursivas que atravessam a própria formação e a existência do texto.

A ideologia produz a aparência da unidade do sujeito e a da transparência do sentido. Por isso a autonomia e unidade do sujeito podem ser consideradas como efeitos ideológicos. Para os autores aqui citados “não há ideologia sem sujeito”, por isso explicam que na ideologia dominante em determinado espaço textualmente constituído, ou como relato de uma realidade factual, “podemos dizer que a unidade do discurso também é um espetáculo, é uma cena de teatro, em dois atos”.

1. A evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade, esconde que esta resulta de uma identificação, que é o que constitui sua interpelação. Essa interpelação – que se dá pela ideologia- produz o sujeito sob a forma de sujeito de direito (jurídico) que, historicamente, corresponde à forma-sujeito do capitalismo: sujeito ao mesmo tempo autônomo (e, logo, responsável) e determinado por condições externas. 2. A evidência de sentido, de sua parte, esconde seu caráter material, a

historicidade de sua construção. (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p.57)

Essa ilusão esconde a historicidade constitutiva do texto. Por isso promove a dispersão como unidade textual. Desse modo,

É a relação do sujeito com o texto, deste com o discurso, e a inserção do discurso em uma formação discursiva determinada que produz a impressão da unidade, da transparência, em suma, a completude do seu dizer. (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p.54, p.57)

Devemos então, segundo os autores aqui citados (1988, p.57), entender que

Este deslocamento é o que, ao invés de tratar, no domínio da enunciação, dos modos de enunciação [...] ,trata do próprio modo como a dispersão e a unidade jogam na constituição da textualidade. Trata-se desta vez de se considerar a unidade na dispersão: de um lado, a dispersão dos textos e a dispersão do sujeito; de outro, a unidade do discurso e a identidade do autor.

Nesse caso, “tratar da construção dessa unidade (do discurso) e dessa identidade (do autor) é atingir o modo pelo qual o texto é atravessado por várias formações discursivas.” (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p.57) Por isso, em nossa análise, na qual operamos com textos de propagandas de condomínios construído na região da Jabotiana, procuraremos observar as possíveis relações de sentido que produzem as diversas formações discursivas presentes nos dois textos e assim demarcar como a autoria funciona nesses textos implicando os diversos sujeitos e diversas formações discursivas em torno dos sentidos e da ideologia dominante por meio de certa dispersão.

As marcas que tomaremos para observar essas possíveis relações são os diversos predicados endereçados a região por meio das propagandas. Para isso trabalharemos na exposição de uma lista de predicados de frases ou enunciados presentes nos textos das propagandas em questão.

Devemos entender, mediante a análise desses predicados,

As várias posições do sujeito podem representar diferentes formações discursivas no mesmo texto. É preciso, no entanto, ressaltar que a relação entre as diferentes formações discursivas no texto podem ser de muitas e diferentes naturezas: de confronto, de sustentação mútua, de exclusão, de neutralidade aparente, de gradação etc. (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p.57)

Em um texto, como o exemplo das propagandas dos condomínios, “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no

processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.” (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p.58) Por isso a relação entre texto sujeito e formação discursiva é de suma importância para entender os sentidos que estão implicados em um texto ou enunciado e como os mesmos definem a ideologia dominante em um território.

As propagandas são utilizadas, basicamente, para divulgar e vender os empreendimentos imobiliários em formato de prédios residenciais. As mesmas são fabricadas e colocadas em sites pelas construtoras e empresas afiliadas. Normalmente esses textos de divulgação apresentam apenas os novos condomínios e os que ainda estão em construção. A primeira propaganda encontra-se no site de uma construtora que atua na região da Jabotiana. O recorte territorial em que se encontram os seus condomínios está localizado nas imediações do bairro Jabotiana, mais precisamente no conjunto Santa Lúcia¹³.

CONHEÇA A REGIÃO

Clima de interior atrai pessoas para viver e investir na região.

Com jeitinho de cidade do interior – intimista, pacata, acolhedora e com um clima pra lá de agradável – a região do Santa Lúcia mora no coração dos aracajuanos. Seja pelas ruas arborizadas ou pelo forte comércio que habita os quatro cantos da localidade, morar no Santa Lúcia é, principalmente, sinônimo de bem viver.

Situado na zona oeste de Aracaju, o conjunto tem acesso privilegiado a uma das principais avenidas da cidade, a Tancredo Neves, e oferece fácil acesso à praticamente todas as zonas da capital. Reduto para quem busca morada tranquila, hoje, a região é conhecida, também, pelas diversas opções gastronômicas que oferece aos moradores do conjunto e do entorno: de pizzaria com cozinha familiar a pequenos comerciantes dos quitutes preferidos dos sergipanos, o Santa Lúcia não deixa a desejar.

Figura 08 - Propaganda 1 “Conheça a região”

Fonte: Construtora Nassal, 2016.¹⁴

A segunda propaganda possui características parecidas com a primeira, também é de uma construtora que está localizada na região da Jabotiana, nas imediações do

¹³ Detalhes sobre localização do conjunto estão no recorte mapeado que pode ser visualizado no endereço eletrônico da construtora responsável pelo imóvel, apresentado abaixo.

¹⁴ Disponível em: < <http://www.nassalconstrutora.com.br/bairro/17/santa-lucia.html> > Acesso em: 29 jan. 2016.

conjunto Santa Lúcia. O texto se encontra no site de divulgação de uma construtora que atua há anos na região da Jabotiana. A seção do site de divulgação onde se visualiza a propaganda é dedicada ao histórico do conjunto Santa Lúcia. Na propaganda há uma particularidade em especial. Por conta da quantidade de prédios já construídos nas imediações do conjunto Santa Lúcia¹⁵ a empresa não divulga nessa propaganda apenas os condomínios, mas também o histórico da Jabotiana atrelado ao da construtora.

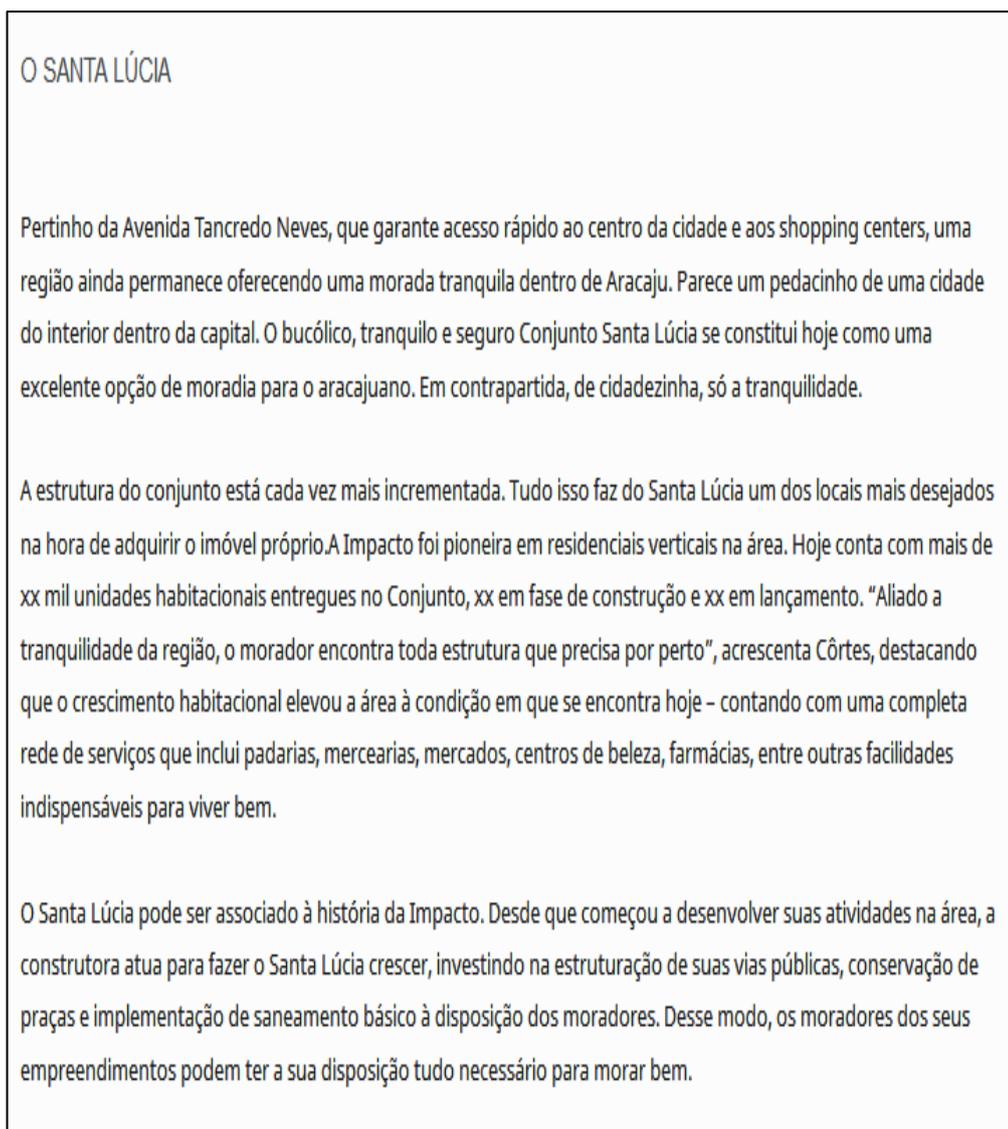


Figura 09 - Propaganda 2 : "O Santa Lúcia"

Fonte: Construtora Impacto, 2016¹⁶

¹⁵ No anexo A – mapas, recorte 3 – Mapa digital da localização dos empreendimentos imobiliário, desse trabalho, pode-se encontrar detalhes sobre a localização de alguns dos empreendimentos dessa construtora a partir de mapa digital.

¹⁶ Disponível em < <http://construtoraimpacto.com.br/institucional#santalucia>> acesso: 25 fev. 2016.

2.4.4. Os qualificativos utilizados nas propagandas

Observamos nas propagandas de divulgação dos empreendimentos imobiliários, no conjunto Santa Lúcia, que no discurso direcionado ao público comprador, através do texto, utiliza-se de qualificativos para projetar o ambiente do conjunto de maneira específica. Por isso, a seguir, apresentamos listas com alguns qualificativos utilizados nas duas propagandas apresentadas na seção anterior.

2.5.3.1. Lista de qualificativos: Propaganda 1- “Conheça a região”

1. “jeitinho de cidade do interior”;
2. “intimista, pacata, acolhedora”;
3. “clima pra lá de agradável”;
4. “ruas arborizadas”;
5. “sinônimo de viver bem”;
6. “acesso privilegiado”;
7. “moradia tranquila”;

2.5.3.1. Lista de qualificativos: Propaganda 2- “O Santa Lúcia”

1. “Moradia tranquila dentro de Aracaju”;
2. “pedacinho de uma cidade do interior dentro da capital”;
3. “bucólico, tranquilo e seguro”;
4. “uma excelente opção de moradia”;
5. “cidadezinha, tranquilidade”;

Os qualificativos remetem diretamente ao espaço natural da Jabotiana, ou que tratam a região da Jabotiana onde fica o conjunto Santa Lúcia como lugar privilegiado, diferente dos outros lugares da capital; e até mesmo, o lugar é tratado como sinônimo de ambiente agradável e seguro. Esses qualificativos produzem sentidos diversos no próprio território. Tratando-o como algo não habitual, privilegiado, novo no velho, a propaganda já o retextualiza o bairro de maneira particularizada.

Nos textos das propagandas “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas tiram seu sentido dessas posições, isto é em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.” (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p.58) Por isso, segundo os autores aqui apresentados para explanação da análise que fazemos dos textos das propagandas comerciais,

A formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. Mas como não há vocação totalizante do sujeito (autor), estabelece-se uma relação de dominância de uma formação discursiva sobre outras, na constituição do texto. (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p.60)

Por isso, na relação autor e função enunciativa “o autor [...] apaga o sujeito produzindo uma unidade que resulta de uma relação de determinação do sujeito pelo seu discurso.” (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p.62). Como vemos o sujeito tomado pelo caminho designado pela autoria acaba sendo afetado por um discurso que não é o seu propriamente dito, mas apropria-se do mesmo, é interpelado, torna-se parte e entende aquele discurso e sua bagagem ideológica como sendo seu de fato.

Esse sujeito não é somente aquele que recebe o discurso como seu, ele também age como dono do discurso, se aceita como tal, é assim parece tomado pelo discurso dominante, pelas diversas formações implicadas no texto, tornando-se cada vez mais assujeitado e apagado por meio de sua aceitação como parte do discurso que é promovido justamente pela dispersão de sentidos presente no texto, ou seja, na propaganda. E ainda segundo Orlandi & Guimarães (1988, p.70),

Podemos mesmo dizer que é a passagem da dispersão do sujeito (em suas diferentes posições) para a identidade do autor e da dispersão dos textos para unidade do discurso que podemos apreender a constituição da ilusão da autonomia (e unicidade) do sujeito.

Finalmente, segundo nossas considerações, em acordo com as dos autores aqui citados (1988, p.70) “podemos dizer que as várias formações discursivas que atravessam o texto podem ser apagadas, na organização do mesmo, em função de uma formação dominante.” Essa relação em que apaga sentidos e coloca outros em evidência mostra-nos que são as diferentes formações discursivas que afetam o sujeito. Por meio das propagandas, dos predicados, o sujeito pode reagir ao discurso dominante como parte dele.

Capítulo III - Articulação entre análise e teoria: compreensão de questões específicas

Esse capítulo é um desdobramento do capítulo dois com o objetivo de pormenorizar os detalhes apresentados na análise das peças utilizadas para compor *corpus*. Consideramos, nesse momento, a retomada de três lugares: mapas, nomes e textos. Esses espaços de enunciação serão analisados de maneira correlacionada, assim poderemos compreender a Jabotiana revelando diversas maneiras de significar o território por meio de um discurso dominante que afeta os sujeitos.

Sendo assim, essa parte do trabalho visa retomar o percurso teórico e o de apresentação e análise do *corpus* empírico. Para tanto, nos deteremos de agora em diante aos detalhes apresentados nas divisões constitutivas da região da Jabotiana: povoamentos, comunidades, bairro, conjuntos habitacionais e condomínios de prédios. Desse modo, apresentaremos análises que tratam de processos discursivos de maneira pormenorizada e articulada.

Para a exposição de materialidades discursivas presentes no território da Jabotiana, retomamos os nomes de lugares que aparecem nas divisões pesquisadas e em listas de nomes de condomínios e de ruas. A partir desse movimento, organizamos ainda quadros de documentação. O que nos interessa nesses quadros é que a partir dessa metodologia de trabalho podemos movimentar as diversas nomeações presentes no território da Jabotiana para estudá-las de modo específico.

Para orientar esse trabalho a cerca dos embates no processo de nomeação na Jabotiana, retomamos princípios teóricos fundamentais da análise de discurso e enunciação apresentados no capítulo um, Orlandi (1999) e Guimarães (2002), e também fatos encontrados nos diferentes espaços históricos de nomeação correlacionados aos debates encontrados em E. Benveniste (1995) e J. Starobinski (2001) sobre a constituição dos sentidos em torno das palavras “povo” e “civilização” e as contradições históricas desse processo presente em nossa análise.

Também retomamos a análise de propagandas de condomínios. Esse movimento procura abarcar detalhes sobre o discurso que opera nos nomes que ocupam os prédios dos condomínios sobrepondo e reescrevendo sentidos. Finalmente, nessa articulação nos interessa entender: qual o funcionamento dos nomes nas regiões constitutivas da Jabotiana? O que significa o sujeito nas regiões de sentido empíricas e discursivas?

3.1. Os quadros de documentação: funcionamento das diversas nomeações

Trazendo uma metodologia de trabalho de análise que foi ensaiada durante a pesquisa de iniciação científica (PIBIC) ¹⁷, retomamos quadros utilizados para análise de materialidades discursivas. Durante a pesquisa de iniciação científica confeccionamos quadros de documentação para classificar, de modo sistemático, detalhes que levassem a riqueza e complexidade do objeto em ordens específicas. O “quadro de orientação” ganhou uma primeira versão.

A nova versão, que apresentamos agora, situa nomes próprios de lugares de acordo com a orientação que os mesmos apresentam no ambiente pesquisado. Vejamos detalhes no recorte abaixo:

Quadro de orientação

1. Língua	2. Política	3. Religiosa	4. Literária	5. Natural	6. Outras
-----------	-------------	--------------	--------------	------------	-----------

Essa experimentação, fundamento da produção de conhecimento, exige que nos coloquemos diante dos princípios básicos das relações teórico-metodológicas próprias da defrontação com o objeto de análise. Essa parte da pesquisa representa o esforço para a compreensão de problemas encontrados na construção do *corpus*, ou seja, o processo que foi da coleta de dados à análise dos fatos de linguagem (ORLANDI, 1996).

O quadro de orientação apresenta uma das primeiras constatações a cerca dos nomes pesquisados em várias materialidades. As orientações: língua, política, religiosa, natural e outras; levaram em consideração que no território pesquisado havia um processo de nomeação orientado por temáticas específicas. Por isso o quadro funciona como espaço material onde podemos separar os nomes de seus lugares habituais e organizá-los em outras materialidades para serem analisados.

Esse movimento metodológico é essencial para entender como os processos de nomeação projetam sentidos no território nomeado. Sendo assim, por meio dos quadros tentamos compreender o movimento histórico que promove os nomes com novos sentidos em um mesmo referente, ou seja, o território onde estão os nomes de lugares.

¹⁷ Projeto pesquisa de iniciação científica: “Toponímia em Sergipe: um estudo histórico-enunciativo”, coordenado pelo professor Dr. Wilton James, da qual participei nos anos 2010 e 2011.

Através da metodologia apresentada, analisamos nomes encontrados em documentos antigos e novos da região da Jabotiana. Pretendemos com esse movimento entender quais os sentidos que atuam no território, como esse processo de aparecimento ou deslocamento de nomes nas diferentes espacialidades da Jabotiana, impactam os sentidos tomados para si enquanto sujeitos que vivem ou pretendem viver na Jabotiana.

A partir do quadro de documentação que utilizamos na pesquisa de iniciação científica, criamos um novo quadro para organizar a nomeação na Jabotiana, de acordo com as peças que selecionamos para análise no capítulo dois.

Quadro de orientação dos nomes da região da Jabotiana

1.Povoamentos	2.Comunidades	3.Bairro	4.Conjuntos habitacionais	5.Condomínios	6.Outras
Povoado do Aloque	Comunidade da Jabotiana;	Bairro Jabotiana	Conjunto Santa Lúcia	Caminho do Sol Canto Belo	
Povoado da Gameleira	Comunidade do Largo da Aparecida;		Conjunto Sol Nascente	Natura Ville eco Residence	
Estrada da Jabotiana;			Conjunto Presidente Juscelino Kubitschek (JK)	Parque das Serras	
Estrada do povoado da Gameleira;				Portal das Flores	
Estrada do Aloque;				Recanto da Natureza Recanto das Árvores Reserva das Flores	

Esse quadro de orientação é de suma importância. Pois o mesmo organiza de modo sistemático os nomes de lugares e possibilita que, através desse movimento de trazer a nomeação presente no mapa da Jabotiana e em mapas de condomínios construídos no local¹⁸, sejam textos, historicamente constituídos, e a partir desse deslocamento entendê-las enquanto discursos e o que significam no território nomeado.

¹⁸ O Mapa mostrando os condomínios construídos na Jabotiana, mais precisamente no conjunto Santa Lúcia, pode ser visualizado no anexo “A” desse trabalho.

3.2. O processo de nomeação na Jabotiana: rural-natural-urbano

Delimitamos o território da Jabotiana onde estão sendo construídos os condomínios que ocupam a parte menos urbanizada, natural ou rural, da região. Essa delimitação nos levou a uma primeira experimentação entre a teoria e a prática analítica. Nesse espaço iremos analisar os sentidos que constituem a nomeação presente na fachada de empreendimentos imobiliários construídos na Jabotiana, nas proximidades do conjunto Santa Lúcia, e quais significados podem ser atribuídos na leitura dessas materialidades enquanto sujeitos.

Desse modo, demarcamos o ponto crucial na história da Jabotiana: o surgimento das primeiras construções verticais. No ano 2000, como vimos no capítulo dois, a prefeitura de Aracaju decide construir condomínios de apartamentos para beneficiários do programa PAR (Programa de Arrendamento Residencial), a partir desse momento começa-se o interesse das construtoras do ramo imobiliário pela região.

Os nomes dos empreendimentos imobiliários foram coletados em mapas desenvolvidos para localizar o território onde serão construídos os condomínios de apartamentos nos anos 2000 - 2008. Mas para que isso fosse possível, utilizamos uma metodologia específica: quadros de orientação apresentados na seção anterior.

O avanço das construções prediais na Jabotiana está principalmente ligado à especificidade do local: lugar privilegiado, pois está localizado em um ponto estratégico da cidade, na zona oeste de Aracaju, que até meados dos anos de 1980 e início de 1990 era pouco urbanizado. Período no qual se podia enxergar uma vasta extensão de mata preservada e um território bastante diferente dos demais locais de Aracaju.

Agora, no entanto, encontra-se, ano após ano, tomado por grandes construções residenciais. Por isso, sendo o nome de um edifício não somente uma estrutura meramente linguística, mas sim um acontecimento de linguagem que projeta uma memória discursiva específica, é preciso que o estudo em questão esteja alinhado às categorias da enunciação e da Análise de Discurso Francesa.

Guimarães (2002, p. 11) explica que a questão principal em torno do estudo da enunciação “é como tratar a enunciação como funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito.” Por isso, ele vai estabelecer um lugar teórico específico, o enunciado, em nosso caso o nome, enquanto acontecimento de linguagem.

A questão que se faz relevante é o acontecimento enquanto fato que ocorre na história, na temporalidade da nomeação. Por isso, para este autor, o acontecimento de linguagem é a própria enunciação motivada no simbólico. Para Guimarães (2002, p. 11) “enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico.” A questão do simbólico, importante para compreendermos a relação do enunciado frente àquele que enuncia, é apresentada em Eni Orlandi (1996, p. 210) como “dados” que na AD “são os discursos”, no entanto, explica a autora, “os discursos não são objetos empíricos, são efeitos de sentido entre locutores”.

Estes locutores podem ser entendidos como sujeitos que se movimentam na espacialidade do território da Jabotiana. Sendo assim, são, em certa medida, motivados por uma ação que ao mesmo tempo em que os coloca na enunciação os retira, pois a sua ação, não é total, é parcial. O sujeito na enunciação é “um sujeito dividido: sujeito *a* e sujeito *de*, ele é ao mesmo tempo livre e responsável, determinando o que diz, mas determinado pela exterioridade.” (ORLANDI, 2001, p.91) O que se depreende dessa explanação é que algo fala sempre antes, em outro lugar, e independentemente daquele que enuncia.

Nesse caso, o que será preponderante para entendermos os discursos nos nomes próprios que representam os condomínios é a relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto da enunciação, do acontecimento de linguagem. Entretanto, para situarmos a temporalidade, fundamental em nossa abordagem, deve-se enfatizar a questão de que o sujeito não tem domínio do enunciado, nem do tempo, pois o nome é um agente parcial e não principal. Isso ocorre porque a memória histórica é a do interdiscurso.

Nesse sentido o interdiscurso, tomado por formações discursivas diversas, segundo Orlandi (1996, p. 212) “fornece a cada sujeito a ‘sua realidade’ enquanto sistema de evidencias e de significações percebidas-aceitas-experimentadas.” Por este motivo o enunciado promove uma falsa ideia de domínio do sentido em um enunciado, faz com que achemos que o que está dito é o que é pelo fato de estar no lugar onde se encontra e não pelas relações que o mesmo promove.

Por isso, não percebemos que “o acontecimento instala sua própria temporalidade.” (GUIMARÃES, 2002, p.12) Mas, posto que não seja fixa, a temporalidade não é fornecida pela língua, mas antes pelo enunciado mobilizado pelo sujeito. No entanto não é o sujeito que temporaliza o acontecimento de linguagem, e sim a própria enunciação.

A fim de experimentarmos a articulação entre a teoria apresentada e a prática analítica, organizamos alguns enunciados retirados de sites de construtoras imobiliárias, dos mapas e das propagandas apresentadas nesse trabalho no espaço onde está localizado o Conjunto Santa Lúcia. Mais especificamente observamos alguns nomes que identificam os condomínios de apartamentos construídos nesta região nos anos 2000-2008.

Fizemos esse recorte temporal porque o mesmo representa o período de maior expansão dos condomínios na região. Já os nomes, estão assim elencados por representar um núcleo temático específico: o natural. Notamos que essa temática é comumente utilizada na maioria dos nomes dos prédios na Jabotiana construídos nesse período.

Ao observarmos esses documentos de empreendimentos imobiliários encontrados no Bairro Jabotiana, percebemos, como primeiro fato relevante, um apelo das empresas do ramo imobiliário em promover os sentidos do “natural” através dos nomes dos condomínios. Apresentamos a seguir uma lista de nomes que demonstra esse detalhe:

Figura 10 - Lista de nomes de condomínios¹⁹

1. Alto Santa Lúcia	14. Recanto das árvores
2. Arboris Jabutiana	15. Recanto do Poxim
3. Caminho do sol	16. Recanto dos ventos
4. Canto Belo	17. Reserva das flores
5. Encantos do bosque	18. Reserva santa Lúcia
6. Life Jabutiana	19. Residencial Lagoa doce
7. Mirante Santa Lúcia	20. Solar dos Manguezais
8. Natura Ville eco Residence	21. Solar Mon Jardin
9. Parque das fontes	22. Terra do sol
10. Parque das serras	23. Via solares
11. Portal das flores	24. Vila tropical
12. Quali vida	25. Vivendas do bosque
13. Recanto da Natureza	

¹⁹ Nomes recolhidos em mapas e propagandas de condomínios construídos na Jabotiana.

A partir dessa lista, selecionamos para análise dois nomes. Mesmo havendo uma enorme quantidade de nomes de condomínios, os mesmos não entraram em sua totalidade aqui nesse trabalho devido às condições próprias da pesquisa. Por isso, selecionamos apenas dois enunciados do conjunto no qual, como percebemos na lista apresentada acima, há uma quantidade maior de nomes que acompanham a temática natureza, mas que necessitariam de análise específica para cada um deles.

Sendo assim, vejamos os seguintes enunciados:

I. Reserva das Flores

II. Natura Ville: Eco Residence

No enunciado I, a palavra “reserva”, que tem seu significado delimitado no Dicionário Aurélio, (2000, p. 600, v. 4), significa “parque florestal que serve para assegurar a conservação das espécies animais e vegetais”, mostra, neste detalhe, que o nome do lugar, reescrevendo o nome do condomínio, promove o que está sendo colocado à venda: um ambiente onde a natureza será preservada, onde ela existe em abundância.

Vê-se que o sujeito que aí enuncia, não é o mesmo que domina os sentidos da enunciação, pois como explica Pêcheux (1993, p. 312) a “produção discursiva é concebida como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma.” Esta falsa realidade, estabelecida pela formação discursiva em destaque, acaba por produzir “uma recusa” a outras Formações discursivas que coloquem o sujeito como origem de seu dizer. Neste caso o sujeito é motivado por uma realidade aparente que serve como alegoria para encobrir outras possibilidades de aceção.

No enunciado II, claramente a intenção é promover a sensação de se viver em um lugar completamente natural, pouco urbanizado, que faça lembrar um parque ecológico. O nome faz com que o sujeito/comprador projete a sensação de que vai morar em um lugar privilegiado, já que estará sempre em contato com a natureza, ao contrário de outras regiões em Aracaju, uma cidade projetada, na qual o urbano prevalece.

Neste caso, os sentidos estabelecem algo do não visível, mas que está lá. No fato do nomeador do prédio ter se utilizado de um misto de línguas (Inglês, Latim, Grego) percebemos uma ação corriqueira, a desvalorização do nosso idioma. Neste caso há sempre uma intenção de apagar novos discursos. A questão em destaque se dá por meio

dos sentidos do “eu” ecológico, que deixa transparecer uma preocupação diferenciada: quem mora neste lugar visa à natureza. Aqui, bem como no enunciado I, o nome vai construindo diversos sentidos e ao mesmo tempo vai apagando outros.

Nesse fato notamos que a construtora, ao demarcar o nome do condomínio e sua localização, promove o que Eni Orlandi (1991, p.35) identifica como “ilusão referencial”. Essa ilusão nos “faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo [...] estabelece uma relação ‘natural’ entre palavra e coisa.” (ORLANDI, 1999, p.35) Essa falsa relação entre o nome do lugar e o sentido que ele representa faz com que o interesse pelo imóvel se dê pelo significado direto ao que ele significa: a Jabotiana rural, mesmo que isso não fique aparente.

Para entender esse movimento de sentidos nos nomes dos condomínios recorreremos à Análise de Discurso mostrando que a relação linguagem/ pensamento/ mundo não é unívoca, nem direta. Cada enunciado tem sua especificidade. Por isso o materialismo histórico mostra que o homem faz a história, mas que a mesma não lhe é transparente.

Portanto, “reunindo a estrutura e acontecimento a forma material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história.” (ORLANDI, 1999, p. 19) Nos enunciados analisados, o referencial que diz respeito à história da Jabotiana, o qual, no início de sua fundação, era um lugar afastado da urbanização, quase ruralista, não fica aparente ao comprador do imóvel, no entanto está lá.

A questão se apresenta no discurso da natureza recobrando o urbano. Nos nomes dos condomínios, nos quais o “real” da enunciação se encontra fora do sujeito, funda-se em sua ação perante a decodificação do objeto, pois “o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído.” (ORLANDI, 1996, p.210) Sendo assim, é no sujeito, no uso que ele faz dos enunciados em sociedade, que reside a sua ação discursiva.

Vemos que o sujeito é afetado pela formação discursiva “o lugar da constituição do sentido e da identidade do sujeito.” (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p.58) Por isso, o sujeito, morador do condomínio, não se dá conta de que há uma cadeia de sentidos que possibilita a sua identificação com o lugar. Esse efeito de sentido apaga enunciado em si. Pois o nome projetando o tema da natureza está encoberto pelo uso habitual da palavra, pela formação discursiva que o faz funcionar.

3.2.2. Relações de sentido do “novo e velho mundo” no território nomeado

A partir da delimitação de fatos sobre a nomeação da Jabotiana e da análise apresentada no quadro de documentação, percebemos que a ação do imobiliário no território, ou da ação urbanística recente no bairro, marca um conflito entre o antigo e o novo. É como se o novo “colonizador” procurasse possibilidades de dominação de maneira que a periferia do bairro Jabotiana, onde havia pequenas comunidades ao longo do manguezal, vai sumindo de maneira definitiva.

Esse novo colonizador promove no território da Jabotiana uma espécie de confronto entre “o novo e o velho mundo.” Eni Orlandi (2008) apresenta no livro *Terra à vista – discurso do confronto: novo e velho mundo* considerações sobre o discurso da descoberta e da colonização do Brasil. Nesse livro, a autora trata a expressão “Terra à vista” como principal indício de que a palavra “descoberta” significa ao mesmo tempo conquista do território. Por isso interessa saber primeiramente que “o discurso das descobertas é um discurso que domina a nossa história, produzindo e absorvendo sentidos.” (p. 18)

Segundo Eni Orlandi (p.18), “Os discursos estabelecem uma história.” “Não há história sem discurso.” o discurso da descoberta, nesse caso, promove a nossa existência de modo etnológico. Por isso, a autora justifica que a existência do livro é um esforço de intervir em um modelo institucionalizado de discurso científico que toma o lugar do discurso histórico e produz o brasileiro como “um sujeito-cultural e negando-lhe o estatuto de sujeito histórico.”

Para além do debate situado pela autora, nos interessa nesse trabalho o discurso do dominador e o papel determinante da ideologia em suas ações de tomada de um território.

A ideologia tem, pois uma materialidade, e o discurso é o lugar em que se pode ter acesso a essa materialidade. Conhecer o seu funcionamento é saber que o discurso colonial continua produzindo os sentidos, desde que se apresentem as condições. (ORLANDI, 2008, p.20)

A ideologia que fez avançar o processo de colonização no Brasil pelos Europeus se deu graças à cristalização de sentidos que marcam definitivamente a nossa história. Segundo Orlandi (2008, p.18), o enunciado “Terra à vista” “-expressa o olhar inaugural que atesta nas letras a nossa origem. [...] Ao mesmo tempo, para os europeus, essa

exclamação diz o início de um processo de apropriação. Descoberta significa, então, conquista.”

A autora apresenta no capítulo dois, intitulado *um percurso de sentidos*, análise de fatos relativos ao período da descoberta do Brasil e dos documentos escritos na época. Esse movimento teórico procura delimitar, ou descrever, os sentidos em torno de ser Brasileiro. Para isso, Orlandi estuda os “documentos” escritos pelos capuchinhos franceses que aqui vieram nos séculos XVI, XVII e XVIII.

O trabalho aqui situado tem como finalidade “sair do já nomeado, do interpretado, e procurar entender esses textos como discursos que produziram efeitos de sentidos a serem compreendidos nas condições em que aparecem e nas de hoje.” (ORLANDI, 2008, p.23) O fato é mesmo confrontar o novo e o velho mundo.

Nesse caso, vejamos a explicação da autora (2008, p.23) “o que procuro atingir é a historicidade mesma dos textos. Lembrando que a história, para quem analisa discursos, não são textos em si, mas a discursividade.” Nessa perspectiva Orlandi tenta entender o processo de construção da nossa identidade e chega à conclusão de que não somos “nem índio, nem europeus, somos produzidos por uma fala que não tem lugar mas muitos. E muitos aqui é igual a nenhum.” (ORLANDI, 2008, p.25)

O discurso da nossa origem fala de um lugar esvaziado pelas vozes que nos definem como brasileiros. Como o brasileiro é uma mistura indefinida, a autora explica que nessa diferença somos “trânsito. Circulação entre lugares. Movimento. Entre uns e outros. Diferenças que não remetem senão à diferença.” (p. 25) Na análise de discurso é essa diferença que concebe “o sentido como errância, dispersão sem origem” Por isso “os sentidos, para a análise de discurso, erram, no duplo sentido, porque não representam modelarmente e porque se movimentam, circulam.” (ORLANDI, 2008, p.26) Desorganizam, mas “a desordem é constitutiva da identidade do sujeito e do sentido” (p. idem).

Pensando o olhar do europeu sobre o Brasil, e lembrando que na AD o sentido funciona como movimento, como historicidade, a determinação histórica se dá na relação Europa/Brasil e coloca-nos de forma particular frente à questão dos simulacros. Por isso, para Orlandi (2008, p.26), no confronto entre os discursos “haverá uma grande margem de silêncio – produzida pelo dominador e empunhada pelo dominado.”

Portanto, o debate aqui empreendido traça seu ponto central na história que promove esses discursos e os fazem permanecer na memória.

É nesse vagar pelo tempo e pelo espaço do sentido de ser-brasileiro que vamos procurar apreender os textos que tomamos como material significante. Sem deixar de lembrar que, em um discurso que não nasce no interior da colonização, a relação entre diferentes pode ser vista só como uma relação entre diferentes e não como uma relação entre diferente e o original (ORLANDI, 2008, p.27).

Assim entenderemos a historicidade da Jabotiana, por meio dos textos que marcam discursividade, pelo olhar do colonizador que adentra a região e muda radicalmente não só a paisagem, mas a memória que constitui o território nomeado.

O processo de nomeação na Jabotiana de um ponto de vista histórico – discursivo apresenta também particularidade enunciativas. Por isso, debates encontrados no livro *o vocabulário das instituições indo-europeias* (1995), E. Benveniste, que trata do estudo sobre o surgimento e evolução dos sentidos em torno da palavra “povo”, torna-se essenciais para uma reflexão mais específica. Questão semelhante, mas um tanto antagônica, encontra-se no livro *As máscaras da civilização* (2001) de Jean Starobinski. Nesse trabalho, dedicado ao estudo da palavra ‘civilização’, Starobinski procura demonstrar fatos históricos que levam às mudanças históricas nos sentidos dessa palavra.

No texto dedicado ao estudo das cidades e comunidades dos povos partidários das línguas indo-europeias, Benveniste apresenta estudo a cerca de como estes povos utilizavam o seu vocabulário para significar os nomes que apareciam no território vivenciado por eles. Assim, quando do aparecimento de múltiplos significados para os vocábulos utilizados, encontra-se um em especial: “povo”.

Segundo Benveniste (1991), a palavra “povo”, de acordo com os dialetos ocidentais (celta, itálico, germânico e báltico), está intimamente ligada à condição do homem livre. O autor analisa o vocábulo em questão buscando os múltiplos significados no uso da palavra, tentando encontrar os pontos de convergências ou divergências que levam o indivíduo a nomear dessa ou daquela maneira a ele próprio e ao outro.

No entanto, por se tratar de uma análise que se ocupa de imensas disparidades entre os termos utilizados nas línguas indo-europeias para a palavra “povo”, chega-se a algumas discordâncias entre os dialetos utilizados nas línguas que compõem a zona europeia contínua e outras línguas como o Latim e o grego, que foram excluídos deste primeiro grupo. O autor descobre que “em Latim, grego e indo-iraniano usam-se termos diferentes caracterizando a mesma sociedade.” (p. 360) Por isso o embate na própria

história, na enunciação que faz o termo significar de diferentes formas, as discordâncias que geram sentidos diversos para apenas um termo são definitivas.

Percebe-se que a língua é projetada no mundo por meio dos indivíduos que falam em determinado território, mas ao mesmo tempo eles não detêm o controle do seu uso, não conseguem controlar os significados que vão sendo construídos por meio do uso da palavra no tempo. O sujeito não tem controle da própria noção de “povo” ao qual eles pertencem, pois, nesse caso, como vimos em Guimarães (2002), é a história que os faz significar.

Em Jean Starobinski (2001) há uma análise das convenções sociais empregadas através da palavra nos séculos XVII e XVIII em torno da linguagem para estabelecer as relações entre palavra e o seu significado. No texto, o autor empreende uma espécie de rastreamento da origem da palavra “civilização” buscando em relações históricas justificativas para a origem desta ou daquela significação direcionadas a palavra.

Starobinski analisa a palavra “civilização” empregada em dicionários da época. No de Trévoux de 1771, conhecido como Dictionnaire universel français et latin ou dicionário etimológico, o qual teve várias edições entre 1704 e 1771, destacam-se detalhes da palavra “civilização” que significa no dicionário, primeiramente, o indivíduo civilizado como sinônimo de “polido”. Em outro verbete do dicionário, a palavra civilização é tomada no sentido de “freio”, “móvel”.

Mais adiante, na Revolução Francesa, redimensiona-se, ou reescreve-se, a palavra “civilização” de outra maneira. Assim, a palavra “civilização” passa a ser entendida no sentido de instrumento de modelação social. Vê-se que a mesma palavra passa a receber novos sentidos. Em outro momento histórico, Starobinski (2001) mostra que a palavra “civilização” pode ser tomada no mesmo sentido de: educação, cultura, aquisição, pois essas palavras, ou a unificação delas, irá representar o processo que leva um indivíduo a ser civilizado/educado. Assim, através de uma hierarquia simbólica (política) marca-se a diferença entre o indivíduo que se diz civilizado, e o outro, o não civilizado.

A discussão leva ao fato crucial de que para os povos dominantes, os colonizadores, serem civilizados significa progresso social. E ainda, numa acepção moderna, “civilizado” significa ser melhor, e por isso a palavra acaba ganhando uma visão positiva. Assim os sentidos da palavra vão tomando acepções diversas, mas não são reconhecidos de fato por aquele que a utiliza em cada momento histórico. Os vários sentidos atravessam a história do nome fazendo-o significar de maneira adversa, no

entanto os sujeitos afetados pela história recortada interdiscursivamente não compreendem essa movimentação que os significa. Por isso todos querem pertencer à fatia da sociedade civilizada, melhor, polida.

No entanto, para Starobinski (2001, p. 18)

Antes que se forme e se difunda a palavra civilização, toda uma crítica do luxo do refinamento das maneiras, da polidez hipócrita, da corrupção provocada pela cultura das artes e das ciências está já instalada.

Logo, a palavra civilização ganha uma acepção de coisa falsa antes mesmo de ser difundida, pois os sentidos já estão instalados na própria palavra.

Por isso Starobinski (2001) nota que é preciso entendê-la no sentido de moral ou instrumento moralizante. Nesse caso, os sentidos da palavra civilização são alterados a partir dos interesses que convir a determinada classe em detrimento de outra. Sendo assim, a palavra é suscetível de mascaramento ganhando um sentido de refinamento, boas maneiras e também da polidez hipócrita. Em ambos os autores os sentidos da enunciação atravessados por formações discursivas constituídas enquanto sentidos de uma maneira e não de outra. E isso faz com que alguns pertençam à fatia “civilizada” e outros à do “povo”.

Estamos diante de um embate discursivo em que a colonização de um lugar também é imposta pelo discurso do dominador. No texto de Orlandi, vemos a colonização mascarando o ideal de ser brasileiro, onde culturalmente ser brasileiro é o mesmo que ser Português, mas o discurso transforma a palavra que nomeia em algo normatizado socialmente, já não se percebe as intenções por trás do nome que identifica o povo colonizado.

Em Starobinski e Benveniste, o discurso circula e transforma socialmente as ações e significa um povo de várias maneiras. Sendo assim, as contradições em torno do ato de nomear determinado povo como civilizado, não civilizado, da cidade ou do campo ou brasileiro projetam sentidos diversos. Esses sentidos são cristalizados primeiramente em materialidades textuais, nas quais a identificação dos sujeitos vai sendo feita de tempos em tempos fazendo com que o discurso dominante circule de maneira imperceptível. Tal fato pode ser analisado também como encontros de ambos os lados, onde só um lado é favorecido.

3.2.3. A reinscrição enunciativa como máscara da urbanização

O discurso do colonizador, da entidade que nomeia determinados espaços ou indivíduos, promove a dominação de um território de maneira que os sujeitos envolvidos sintam-se parte daquele discurso e não compreendam as modulações temporais que permitiram a existência do mesmo. Assim como em Orlandi, onde o discurso nos faz colonizados, vamos empreender uma análise retomando os detalhes elencados por meio das propagandas das empresas do ramo imobiliário, apresentadas no capítulo dois.

Para tanto, retomemos a teoria apresentada em Guimarães (2002) na qual o enunciado em um texto funciona enquanto acontecimento de linguagem. Nesse caso, os textos das propagandas são tomados enquanto acontecimentos, por isso é um fato no tempo, já que “não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo.” Desse modo, no texto “o acontecimento é uma lembrança de enunciações por ele recortadas, fragmentos do passado por ele representados como seu passado.” (Guimarães, 2002, p.59)

Na lista de qualificativos presentes nos textos das construtoras, o conjunto Santa Lúcia, que fica na região da Jabotiana, é qualificado, retextualizado, de várias maneiras. Na propaganda 1- “Conheça a região”, o conjunto Santa Lúcia é caracterizado através de qualificativos como “jeitinho de cidade do interior”; “intimista, pacata, acolhedora”; “clima pra lá de agradável”; “ruas arborizadas”; “sinônimo de viver bem”; “acesso privilegiado”; “moradia tranquila”.

Na propaganda 2- “O Santa Lúcia”, apresenta predicados que promovem uma relação de sentido parecida: “moradia tranquila dentro de Aracaju”; “pedacinho de uma cidade do interior dentro da capital”; “bucólico, tranquilo e seguro”; “uma excelente opção de moradia”; “cidadezinha, tranquilidade”.

Sendo assim, ao usar predicados direcionados ao bairro ou ao conjunto, os textos das propagandas funcionam como um lugar onde as diversas enunciações acontecem, no entanto são também recortes, fragmentos e reinscrições. O espaço de enunciação também é um espaço que divide a enunciação desigualmente. Sendo assim, o sujeito acaba desconhecendo que fala de um lugar social, desconhece que seus lugares de fala foram divididos e interditados, particularizados.

Nas cenas enunciativas a temporalidade específica do acontecimento é fundamento específico. Como o locutor não é a origem do dizer, ele só pode falar

enquanto predicado por um lugar social. O locutor precisa se dividir para entender a disparidade da enunciação. No espaço de nomeação as divisões acontecem, no entanto não são percebidas, pois o sujeito tomado pela enunciação não consegue atravessar os sentidos provenientes dessa ação. Desse modo, o sujeito também não alcança os sentidos provenientes do seu dizer.

Sendo assim, a cena enunciativa coloca em jogo a ação do locutor e dos lugares do dizer. Para Guimarães (2002), os lugares do dizer passam por três processos “enunciação, reescritura, textualidade.” Por conta disso, ao reescrever, particularizar determinado o local, por meio de uma materialidade textualizada, o procedimento de reescrituração faz com que algo do texto seja interpretado como diferente de si.

É desse modo que “o sentido é constituído pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto, [...] só assim se torna possível deixar de intervir na descrição do sentido os rememorados que os diversos pontos de um texto recortam.” (GUIMARÃES, 2002, p.28) Por isso, o locutor fica dividido em “cenas enunciativas” na própria ação de nomear, quando o que se enuncia “não enuncia como independente da história, mas como fora da história, como válido para qualquer fato como aquilo que vai dirigir os fatos.” (p.29)

Sendo assim, este funcionamento do “Locutor dividido pelo próprio jogo de se representar como idêntico a si, quando si lhe é dispare, é o processo pelo qual a enunciação apaga seu caráter social e histórico” Guimarães (2002, p. 30). Desse modo, os lugares de enunciação e a posição do sujeito na enunciação, no próprio ato de reescrever o conjunto por meio dos predicados apresentados nos textos das construtoras, fazem com que o locutor seja dividido desigualmente.

Nas propagandas o sujeito está afetado pelo interdiscurso. Pois “ser sujeito é estar afetado por este esquecimento que se significa nesta posição.” Por isso, “a representação do locutor se constitui nesse esquecimento e é isto que divide o Locutor e apaga o locutor.” (GUIMARÃES, 2002, p.30)

A partir dessa perspectiva a análise das propagandas, ou seja, os textos das mesmas funcionam como produto de Formações Discursivas constituídas “na relação com o interdiscurso (a memória do dizer), representando no dizer as formações ideológicas.” (E.ORLANDI, 1996, p.21) que se configuram em metáfora (transferência) realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, e formação de sinônimos que dão origem ao interdiscurso.

Segundo Orlandi (1996, p.52) “as palavras em um texto não possuem expressão própria, não significam entre si, sendo o texto que as significam.” Assim, as propagandas são acontecimentos de linguagem, mas também são acontecimentos discursivos onde a materialidade discursiva se dá numa temporalidade recortada, a temporalidade do colonizador.

Vemos que nas propagandas ao mesmo tempo em que inclui, ao retomar por meio dos predicados, sentidos anteriores direcionados ao conjunto Santa Lúcia, exclui outros por meio da reescrituração de sentidos anteriores em novos lugares de enunciação. Por isso é necessário confrontar o novo e o velho mundo. Entender que os sentidos “falam silenciosamente”, tomando cada vez mais o território, mas “sem deixar de lembrar que, em um discurso que não nasce no interior da colonização, a relação entre diferentes pode ser vista só como uma relação entre diferentes e não como uma relação entre diferente e o original.” (ORLANDI, 2008, p.27)

Os significados construídos nas propagandas remetem ao ambiente ruralista dos povoados e comunidades que se encontram nos arredores da Jabotiana, mas os mesmos são apagados ou reescriturados. Isso causa um efeito de sentido fazendo com que mesmo que nas propagandas os predicados estejam relacionados ao aspecto rural ou natural da Jabotiana, projete-se no território um processo de nomeação que vai tomando o lugar e ao mesmo tempo vai separando povoado e comunidade, pois não fazem parte da região designada como “cidade”, que contraditoriamente é o que estabelece a diferença.

O embate em torno dos sentidos provenientes da nomeação no território está intimamente ligado às condições históricas de produção de sentidos. Pois os sentidos nas propagandas promovem o “povo”, o morador da zona rural, mas pelo discurso da civilização o qual pertence às construtoras acaba tomando o natural com os sentidos da *urbs*, a cidade.

Nesse caso, no termo que designa cidade em grego:

A cidade, *urbs* não é correlato a *pólis*, mas a *ástu*, cujas nuances semânticas ele reproduziu em seus derivados: *urbanus* “da cidade” (contrário de *rusticus*, “do campo”) donde “fino, polido” a partir do grego *asteios*. (BENVENISTE, 1995, p.361)

Interdiscursivamente o “povo” significa no território da Jabotiana de maneira antagônica à cidade. Nota-se que o termo cidade, em sua própria acepção, separa-se de

povo, palavra da qual deriva “povoamento” ou em outros sentidos, mais modernos, “comunidade”. Nesse caso, “do povo” se configura como não fazendo parte da cidade, da “*pólis*”. O que, em sentido mais amplo, separaria povo e comunidade das decisões do estado, fazendo assim uma marginalização do território pela própria acepção da palavra, do nome.

Outro fato que destacamos ainda em Benveniste (1995), é que há uma diferença sintomática entre “ser da cidade” e “ser do campo”, “do povo”. Onde, ser da cidade, da *pólis*, significa ser “fino, polido”. A diferença aí se estabelece nos sentidos advindos da relação entre civilizado e não civilizado.

Sobre o ser civilizado e não civilizado, ser ou não da *pólis*, da cidade, Jean Starobinski (2001) entende que a palavra “civilização” pode ser tomada no mesmo sentido de: educação, cultura, aquisição, pois essas palavras, ou a unificação delas, irá representar o processo que leva um indivíduo a ser civilizado/educado. É através de uma hierarquia que marca a diferença entre o que se diz “civilizado”, e o outro, o “não civilizado”, que acontece o corte social pelo uso da palavra que mascara a realidade.

A palavra “povo”, apresentada no estudo de Benveniste, mostra-nos as contradições nesse discurso que apaga e reescreve os nomes próprios na Jabotiana de várias maneiras. Em todo o texto das propagandas os sentidos dos predicados (pedacinho de uma cidade do interior dentro da capital; bucólico, tranquilo; cidadezinha.) remetem diretamente aos sentidos de povoamentos, ou até mesmo comunidades, mas os mesmos estabelecidos como lugares de diferença, diferentes, e ao mesmo tempo “dentro da cidade”.

Até mesmo a localização e a situação geográfica em que se encontram os povoados e as comunidades demonstram uma relação entre os lugares na cidade, de maneira que esta relação é estabelecida pela separação, distinção do “povo”, “comum” nos espaços em que eles habitam. O deslocamento ou reescrituração de lugares na Jabotiana, nas propagandas acontecem por meio da contradição histórica do próprio *modus operandi* do político e suas ações no território.

Portanto, à medida que o território da Jabotiana vai sendo modificado, surgem outros novos sentidos que escamoteiam a própria invasão do território. Por isso o diferente, no caso dos povoados e comunidades, favorece outros sentidos que levam à constante separação da cidade e à conseqüente ocupação do território da Jabotiana por meio do processo de urbanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa procuramos colocar em evidência o processo histórico-discursivo na região da Jabotiana a partir do estudo dos nomes próprios de lugar. Nossa análise se concentrou em nomes presentes em textos de circulação local, nos quais pudéssemos observar a movimentação de sentidos em lugares novos e antigos, ocasionando modificações ou apagamentos dos mesmos.

A Jabotiana está situada entre as cidades de Aracaju e São Cristóvão. Tem um território dividido entre povoados, comunidades, bairro, conjuntos habitacionais e condomínios em formato de prédios. É também uma região bastante valorizada de Aracaju. Tal valorização acontece por haver na região uma vasta extensão territorial ainda natural ou rural, nas quais se encontram o Rio Poxim, margeando todo o território; mangues, estradas, e até mesmo vegetação tropical. Por isso o local vem ganhando destaque por apresentar um diferencial em relação ao urbanismo comum na capital.

Por se situar em um ponto estratégico da cidade, pois dá acesso a todas as regiões da capital aracajuana, o lugar começa a ser objeto de especulação imobiliária. Isso acontece ainda no início dos anos 2000. De lá para cá, o antigo povoamento transformado em bairro, com suas residências de porte comum, começa a ganhar um novo cenário. As construções prediais tomam cada vez mais a Jabotiana e com isso o território, que era um diferencial na cidade, vem ano após ano tornando-se cada vez mais urbanizado.

Esse fato representa não só uma mudança na estrutura física da região, mas também uma retomada na história local. Por isso, tentamos entender como esse processo marca um enfrentamento entre o novo e o antigo. Os nomes que aparecem depois dessa movimentação histórica sentidos podem representar mais que uma simples identificação dos novos lugares que ocupam a região da Jabotiana.

Como estamos estudando os sentidos que circulam na nomeação local, começamos por situar teoricamente o nosso trabalho por meio da Toponímia. Esse ramo de estudo dos nomes próprios de lugares novos ou antigos entrou em nosso trabalho por nortear de maneira significativa o estudo da nomeação muito próximo da análise semântica que, em nosso caso, foi corroborada com a enunciação enquanto acontecimento.

O estudo da Toponímia possibilitou um primeiro estágio sobre o histórico da nomeação em um território e fez com que pudéssemos avançar no debate proposto: o estudo da nomeação no território. No entanto, necessitávamos, na análise desses nominativos presentes na Jabotiana, de categorias da AD, pois como podemos perceber os nomes analisados em sua superficialidade constitutiva não dizem nada do lugar onde se encontram.

Por isso, foi essencial cruzarmos as teorias e fazermos contrapontos e análises fundamentadas por meio das categorias discursivas em materialidades textuais como mapas, propagandas, listas de nomes, que por si mesmas não dizem nada isoladamente, mas quando são colocadas em movimento, em relação com ambiente em que funcionam enquanto discursos, dizem muito mais do que apenas a nomeação.

Sendo assim, tentamos descrever, com maior propriedade possível, os nomes próprios historicamente constituídos na espacialidade urbana e rural. Fizemos isso de maneira sintética, pois nossa análise não concentra apenas a motivação histórica, mas também as consequências da nomeação presente na Jabotiana. Com essa metodologia também procuramos estudar os sentidos que atuam nos nomes de lugares no ambiente pesquisado.

Por meio das análises empreendidas, percebemos que o nome vai construindo diversos sentidos, mas ao mesmo tempo vai apagando outros. A Jabotiana que antes, por volta da década de 70, era formada por pequenos casebres às margens do rio Poxim, é atualmente modificada definitivamente pela presença fortemente arraigada e contínua de novas edificações.

Tentamos demonstrar por meio de análises específicas que os sentidos naturalistas nos nomes dos condomínios funcionam como meio de modificar o real do processo histórico. Por isso, avaliamos como o objeto (Nomes/discurso) é lançado, historicamente de várias maneiras, levando ao mascaramento de outros sentidos projetados no território e que o modifica definitivamente.

No processo de urbanização, torna-se pouco aparente como os discursos historicamente constituídos pela dominação do território são tomados por sujeitos afetados e interpelados ideologicamente. Por isso, os mesmos vão construindo uma realidade que une e ao mesmo tempo separa a região da Jabotiana de maneira que haja não só uma região, mas várias.

Por conta das constatações apresentadas, procuramos demonstrar um percurso que nos fizesse compreender de que maneira as implicações discursivas na história local

aconteciam por meio de topônimos. Porém, ainda nos resta propor a continuidade das análises que foram realizadas neste trabalho, de maneira que possamos empreender adiante novas entradas neste trabalho que está se descortinando: os sentidos em torno do processo de urbanização no bairro Jabotiana.

Percebemos a partir da amostragem dos documentos encontrados nas localidades que formam a Jabotiana, que há em torno dos nomes de lugares uma trajetória que também implica na história do próprio lugar. Procuramos demonstrar o funcionamento desses nomes no espaço pesquisado e também os sentidos que de um documento a outro vão apagando ou deslocando outros sentidos anteriores.

Ao analisarmos o *corpus* por meio de nomes encontrados na Jabotiana e suas divisões territoriais: povoados, comunidades, bairro, conjuntos habitacionais e os condomínios em formato de prédios; percebemos detalhes importantes sobre a história do local para a compreensão da problemática aqui apresentada: a Jabotiana em que os nomes denotam um contraste entre natural e urbano, onde um leva ao outro de maneira antagônica, mas não aparente.

Na história do Bairro, percebemos por meio de documentos, novos e antigos, que há um processo em torno dos nomes próprios de lugares que vai apagando e ao mesmo tempo substituindo-os de várias maneiras. Por conta disso, o trabalho de seleção e análise de materiais para compreender esse problema, também é bastante diversificado e complexo.

Nesse primeiro entrelaçar entre teoria e análise do objeto, no qual trabalhamos com nomes antigos e novos que compõem as divisões territoriais da Jabotiana, notamos que esses lugares são marcados pela dominação de território que avança, mas em momentos históricos diferentes. O que destacamos nesse detalhe é que a tomada de território é feita por meio de nomes que vão sendo utilizados com propósitos diversos, mas que para isso anulam outros que ali estavam e assim movimentam novos sentidos na história do lugar apagando outros.

REFERÊNCIAS

ARACAJU (SE). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju** – Diagnóstico Municipal. Capítulo III- Dinâmica Urbana. Prefeitura municipal de Aracaju. Disponível em: < <http://aracaju.se.gov.br/userfiles/plano-diretor-vpreliminar-jul2015/CAPITULO-III-DINAMICA-URBANA.pdf> . > Acesso em: 03 /02/2016.

_____. Prefeitura municipal. **Mapa Municipal e Oficial de Aracaju**. Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento, 2004.

BENVENISTE, Émile. Cap. 06- cidades e comunidades, In: **O vocabulário das instituições indo-europeias** – Campinas, São Paulo-SP, editora da UNICAMP, 1995. V. 2 (coleção repertórios)

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise de discurso**. 3ª ed. – São Paulo: contexto, 2012.

CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Jabotiana**: o último bairro verde de Aracaju. Aracaju, SE – 2008. Disponível em: < <http://jabotianaviva.blogspot.com.br/2010/10/jabotiana-o-ultimo-bairro-verde-de.html> > Acesso em: 17/08/2014.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Dos princípios gerais aos modelos taxonômicos. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo. Arquivo do estado, 1990.

GOMES, P. C. C. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, I. E. et al. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni. Discurso: fato, dado, exterioridade. In **O método e o dado no estudo da linguagem**, Maria Fausta Pereira de Castro (org.). Campinas, SP: editora da Unicamp, 1996. (coleção repertórios) (p. 209 – 218)

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos, Campinas – SP: Pontes, 1999. 8ª edição.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP, 2001

_____. **Terra à vista** – discurso do confronto: novo e velho mundo. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. & GUIMARÃES, E. **Unidade e dispersão**: uma questão do texto e do sujeito. In Discurso e leitura. São Paulo, SP, Cortez/Editora da Unicamp, 1988.

PACHECO, João Batista. **O conceito geográfico de bairro**: uma aplicação à questão do sítio Campinas/Basa e da Ilhinha. Revista de políticas públicas. Janeiro a Dezembro - 2001. Vol.5, n. 1, (90 páginas) Disponível em: <http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/capas_detalhes.php?id=9 > acesso em: 05/03/2016.

PÊCHEUX, M. **A análise de discurso**: três épocas. In: Gadet, F & HAK, T. **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Tradução de Péricles Cunha. Campinas: Ed. Unicamp, 2ª ed. 1993

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

PERUZZO, Cicília M. Krohling / VOLPATO, Marcelo de Oliveira. **Conceitos de comunidade, local e região**: inter-relações e diferença. Líbero – São Paulo – v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. de 2009.

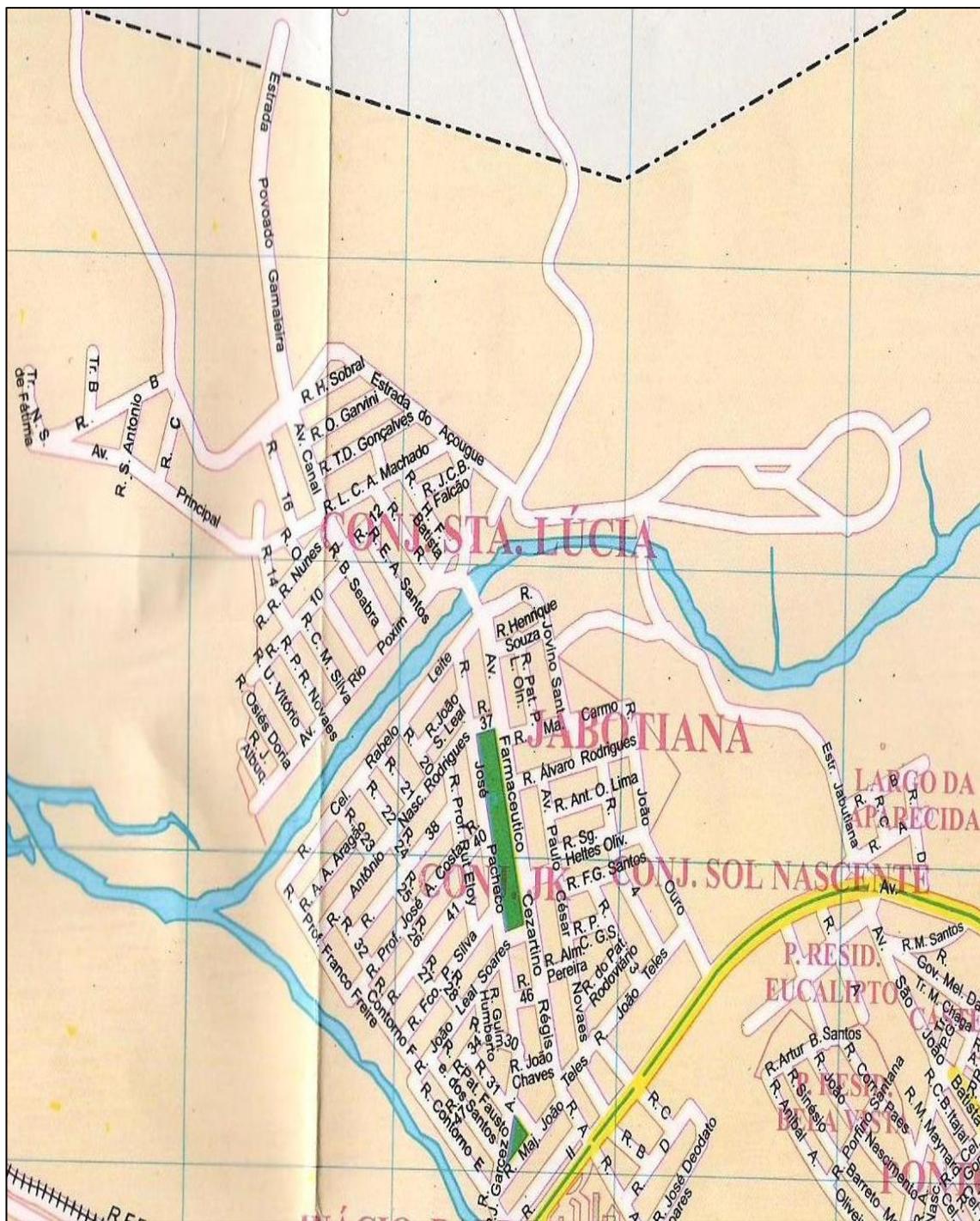
RAPOPORT, Amos. (1978) **Aspectos humanos de la forma urbana**: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

TOPONÍMIA- **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960. V. 11, p. 70- 84.

ANEXOS

Recorte 2 - Mapa do bairro Jabotiana

Fonte: mapa cartográfico, (s/ data)



Recorte 3 – Mapa digital da localização dos empreendimentos imobiliários

Fonte: Googlemaps, 2016²⁰



²⁰ Disponível em <<https://www.google.com.br/maps/@-10.9428135,37.0880131,2956m/data=!3m1!1e3.>>> acesso em: 10/03/2016.

Anexo B – Nomes de ruas.

Lista de nomes de ruas do bairro Jabotiana²¹

Rua I	Rua Gilberto T. de Menezes	Rua Pat. Fausto Eloi dos Santos
Rua 13,14, 15, 16	Rua H	Rua Patrocínio José de Andrade
Rua 24, 25, 26, 27, 31, 38	Rua H. Mendonça	Rua Patrulheiro Pedro L. Oliveira
Rua 41,47,	Rua Hildete F. Baptista	Rua Paulo Cezar Novais
Rua A (anexos 1, 2, 3)	Rua IV	Rua Paulo Rocha Novaes
Rua A e B	Rua João de Souza Leal	Rua Poeta Roberto Mozart
Rua A, D, C e F	Rua João Leal Soares	Rua Proc. Laurindo Alves Campos
Rua Accioly Porto	Rua João Ouro	Rua Professor Franco, Freire
Rua Alvaro Rodrigues	Rua José Bezerra do Nascimento	Rua Professor Henrique Souza
Rua Ana Cristina M. Silva	Rua José Carlos B. de Faro	Rua Professor José Antônio da Costa Melo
Rua Antônio A. de Aragão	Rua José Carlos Tavares de Jesus	Rua Professor Oscar Vasconcelos
Rua Antônio C. Tavares	Rua José Deodato Soares	Rua Professor Rui Eloy
Rua Antônio do N. Rodrigues	Rua José Pacheco	Rua Professora Maria e Lima Tavares
Rua Antônio Dória da Silva	Rua Jovina Santana	Rua projetada
Rua Antônio O. de Lima	Rua Luiz Carlos de A. Machado	Rua Prom. Alisson Porto
Rua Batista Freire	Rua Luiz Vieira Ramos	Rua Promotor João Maynard Barreto
Rua Bosco Seabra	Rua Major João Teles	Rua Quirino...
Rua C, B	Rua Manoel Romão da Silva	Rua Raul Ribeiro Nunes
Rua Cart. Enock Cortes	Rua Maria do Carmo A. Costa	Rua Sgto. Helles Nunes de Oliveira
Rua Contorno F.	Rua Maria Hortência Carvalho sobral	Rua Temístocles Diniz Gonçalves
Rua do Pat. Rodoviário	Rua Martins Barros	Rua Ubaldo Vitorino
Rua Dr. Humberto M. Guimarães	Rua Melchisdek da G. Fernandes	Ruas A, B, C, E, F, Q
Rua Dr. Joaquim R. Chaves	Rua Miramar	Ruas B,D,C
Rua Érico Alves dos Santos	Rua Moizete Leite	
Rua Est. Jailton M. O. da Silva	Rua Nicanor T. Trindade	
Rua Felisberto G. dos Santos	Rua Oziel Dória	
Rua Flodualdo R. Dória		
Rua Francisco de Paula Silva		
Rua Gervázio P. de Almeida		

²¹ Fonte: Mapa municipal e oficial de Aracaju, 2004.